

Ficha Técnica

Título original: *Duas ou Três Coisas Sobre Mim*

Autor: Judite de Sousa

Capa: Maria Manuel Lacerda

Fotografia: © Carlos Ramos

ISBN: 9789897419393

OFICINA DO LIVRO

uma empresa do grupo LeYa

Rua Cidade de Córdoba, n.º 2

2610-038 Alfragide – Portugal

Tel. (+351) 21 427 22 00

Fax. (+351) 21 427 22 01

© 2018, Judite Sousa

e Oficina do Livro – Sociedade Editorial, Lda.

Todos os direitos reservados de acordo com a legislação em vigor

E-mail: info@oficinadolivro.leva.com

www.oficinadolivro.leva.com

www.leva.pt

Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor.



*Em memória do meu
querido filho*

INTRODUÇÃO

Desta vez, ousei ir um pouco mais a fundo sobre mim própria. Gosto da expressão «cavar em profundidade» e é isso que me move no meu trabalho, sejam entrevistas, reportagens ou a apresentação de jornais.

Sei que quanto mais elevada é a notoriedade, maior é a exposição e, por conseguinte, o escrutínio público. É um desafio permanente que nos confronta com a pessoa que somos e com a pessoa que os outros julgam que somos. Entendi que só falando do outro lado, das histórias que se escondem por trás de uma reportagem ou entrevista, é que me daria a conhecer um pouco enquanto figura pública. Em cada palavra está um pouco de mim. Este não é um livro de memórias. A vida ainda tem algo mais para me dar. Quero acreditar nisso. Mas tendo tanto para contar sobre os bastidores de trabalhos que me marcaram enquanto profissional e ser humano, pensei que seria oportuno partilhar essas histórias com os leitores. A essas crónicas mais profissionais, acrescento outras mais pessoais. São lembranças de vivências que fazem de mim a mulher que sou. São pessoas que se cruzaram na minha vida e que me marcaram. São simplesmente pensamentos que refletem o meu entendimento sobre a vida. Esta talvez seja a palavra certa. Um livro sobre a vida nos bons momentos, nos maus, nas dúvidas, nas incertezas. Aqui ficam «duas ou três coisas sobre mim». Sem filtros.

O NOSSO RONALDO

Senti que em Manchester o Ronaldo estava feliz. Tinha-se adaptado bem ao clube, à cidade, era carinhosamente tratado pela massa associativa e, mais importante do que tudo, tinha conquistado o respeito dos colegas, técnicos, dirigentes.

Ainda estava na RTP quando surgiu a oportunidade de entrevistar o Cristiano Ronaldo. Falar com um craque deste nível é um desejo profissional de qualquer jornalista. Nem sempre é possível. Raras vezes acontece. Quando se atinge um nível de notoriedade tão elevado, os momentos de comunicação vão sendo cada vez mais escassos e, a existirem, são muito controlados pelas equipas de assessores que definem o momento da entrevista, a duração e a emissão. Na alta-rodada das figuras públicas, sobretudo daquelas com projeção internacional, não existem outras circunstâncias.

Para conseguir a entrevista com o Cristiano Ronaldo, pedi e voltei a pedir durante meses. O foco é tentar sempre, na esperança de que um dia surja uma resposta positiva.

Essa resposta surgiu, estava ainda o Ronaldo no Manchester United e numa altura em que acumulava títulos, era idolatrado pelos fãs e tinha em *Sir Alex Ferguson* o seu mentor, uma espécie de «pai» desportivo que se mantém até aos dias de hoje.

A casa do Ronaldo em Manchester ficava a cerca de 30 minutos do Centro da cidade. Percorria-se uma longa e calma estrada até entrarmos num condomínio privado, muito verde e húmido.

Comigo viajava uma equipa de cerca de dez pessoas para gravar a entrevista *live on tape*, o que significa que não teria edição, como se de um direto se tratasse, ficando logo pronta para emitir.

Estava tudo marcado com a equipa do empresário Jorge Mendes para que a gravação começasse às 17 horas locais.

Depois do almoço, a equipa técnica deslocou-se para a casa do Ronaldo a fim de ter todo o dispositivo técnico montado. A entrevista seria gravada na sala de jantar, um espaço oval, com muitos recantos e com uma vasta zona de *maples*.

Decidiu-se que faríamos a entrevista num dos cantos desta sala, um em frente ao outro, sentados em dois sofás. As cores da decoração da sala eram muito claras – predominava o branco –, o que dificultava o trabalho do iluminador. Só depois de tudo estar pronto é que apareceu o Ronaldo, com uma camisa branca, colada ao corpo. Eu estava de vestido em tons beges, o que também não era uma opção feliz: em televisão, e em caso de dúvidas, o azul-forte é sempre a aposta correta. Naquele momento, porém, o que realmente importava era a entrevista que teria de ser emitida nesse próprio dia, logo a seguir ao Telejornal da RTP.

À nossa frente estava uma mesa de apoio com os principais troféus conquistados pelo Ronaldo durante uma carreira fulgurante. Senti que em Manchester o Ronaldo estava feliz. Tinha-se adaptado bem ao clube, à cidade, era carinhosamente tratado pela massa associativa e, mais importante do que tudo, tinha conquistado o respeito dos colegas, técnicos, dirigentes.

Aquele jovem que aos 18 anos tinha saído do Sporting para o Manchester United estava um jogador maduro, responsável, convicto. Já tinha ganhado tudo: Liga Inglesa, Liga dos Campeões, melhor marcador na Liga Inglesa.

Nas suas respostas, notei que estavam sempre duas linhas de pensamento: as vitórias, o que no seu caso significam sempre ambição, e a rede de afetos que lhe dá o esteio emocional para que em campo ele tenha como único objetivo estar concentrado naquilo que o Ronaldo faz como ninguém – fazer rolar a bola e marcar, para orgulho de todos nós.

LA FINCA

Foi um Ronaldo muito humano aquele jovem então de 29 anos que encontrei naquela tarde de agosto em Madrid, dando-me o privilégio de o entrevistar na sua casa em La Finca.

A minha segunda entrevista com o Cristiano Ronaldo, em 2014, na sua casa, em Madrid, representa o momento mais difícil da minha vida profissional e pessoal. Precisava daquela entrevista para me reerguer, tendo consciência de que estava muito frágil emocionalmente e a um passo de cair. Sabia que só o trabalho voltaria a dar sentido a uma vida, subitamente amputada pela morte do meu filho, para quem eu tinha vivido intensamente, focada nele e no seu bem-estar.

Recordo que quando escrevi o meu primeiro livro, *Olá Mariana - O poder da pergunta*, dediquei-o ao André com a mensagem: «Sem o qual nada disto faria o menor sentido». Na verdade, anos e anos de trabalho – a carreira –, opções de vida para que o bem mais precioso de todo o ser humano, um filho, deixe de estar connosco num segundo, deixando-nos reduzidos a nada.

Estive dois meses em casa, depois do falecimento do André no dia 29 de junho de 2014. Foram dois meses de negação, de espera, como que acreditando que estava a viver um sonho mau, um pesadelo que iria passar. A terapia, ironicamente, bloqueava-me as emoções. Não sofria porque não sentia e não sentia porque estava num limbo entre o Viver e o não-Viver. Caí algumas vezes e levantei-me outras tantas. Entre as várias pessoas que me rodeavam, faziam-se conjecturas sobre a minha vida e o meu regresso, ou não, ao trabalho. Os meus ouvidos, dormentes, eram fustigados a todo o momento com as opiniões que se cruzavam no pequeno espaço de uma sala onde eu estava sentada a maior parte do tempo, entregue aos meus pensamentos. À minha volta existiam vozes. Como sempre aconteceu ao longo deste percurso, sentia que as palavras dos amigos próximos do meu filho eram as mais avisadas.

Nos contactos que fui sempre mantendo com os amigos mais disponíveis para me ouvirem, eles diziam-me que o André gostaria que eu reagisse e voltasse ao trabalho. Foram palavras que, de ditas tantas vezes, foram batendo forte no meio de um turbilhão de emoções à mistura com alguma falta de discernimento, própria de estados de sofrimento psíquico.

Dois meses depois, pensei para mim própria que tinha que voltar ao trabalho, mas que teria de fazê-lo com algo que fosse marcante para os espectadores, para mim e para a TVI. Por esta altura das minhas cogitações, Marcelo Rebelo de Sousa dizia-me que a data do meu regresso deveria ser dia 15 de agosto, um domingo. Mas em quem eu pensava era no Ronaldo.

Comecei a enviar algumas mensagens ao Jorge Mendes, mas o momento decisivo aconteceu, apenas, no jantar de aniversário de uma amiga comum, no dia 11 de agosto, no Algarve. Estava particularmente triste, apesar de todas as pessoas à minha volta fazerem tudo para me animar. Comentei com o Jorge Mendes que o que me traria ânimo seria a entrevista com o Ronaldo. As pessoas iriam perceber por que é que eu voltava à antena, dois meses depois da morte do meu filho. Nessa mesma noite, o Jorge Mendes ligou à minha frente para o Cristiano e, logo naquele instante, a minha viagem a Madrid ficou marcada para dali a cinco dias.

La Finca é um condomínio exclusivo que não é comparável a nenhum outro que eu conheça. Existem várias entradas e no meio de uma vasta área só se vê terrenos, poucos automóveis e muita segurança ao dobrar de cada barreira. Na verdade, não obstante tanto luxo, La Finca assemelha-se a um *bunker*. Vamos passando as sucessivas barreiras de identificação até chegarmos a um número junto de grandes portões de ferro. É por trás desses portões que se escondem as casas dos habitantes de La Finca: empresários, políticos, atores e jogadores de futebol.

Novamente a entrevista, tal como acontecera em Manchester, estava marcada para as 17 horas. Desta vez só nos tinha sido concedida uma hora de gravação.

À hora de almoço, cerca das duas da tarde, decidi comprar um *tailleur* preto para vestir na gravação da entrevista. Tinha levado roupa preta, estava de luto, mas gostei do casaco e calças que vi e não pensei duas vezes. Mesmo em frente à loja na Calle Serrano, aproveitei para petiscar alguma coisa, na companhia de uma amiga, numa simpática esplanada. O tempo estava quente e eu procurava relaxar. Acusava a pressão. As circunstâncias eram difíceis mas eu não podia abrir mão da oportunidade que me tinha sido dada.

Estava ainda no mesmo lugar quando recebi um telefonema da diretora-adjunta de produção. A Maria José Nunes já se encontrava na casa do Ronaldo desde o princípio da tarde. O local da entrevista estava definido: seria na sala de estar junto à piscina exterior. Os meus colegas da parte técnica também ultimavam todos os detalhes para que tudo corresse bem. Como sempre, a minha preocupação era a iluminação. Uns anos antes, tinha entrevistado o famoso cirurgião plástico Ivo Pitanguy no Estoril, e nunca mais me esquecera do que ele me tinha dito: «O melhor amigo ou o pior inimigo de uma

apresentadora de televisão é o iluminador.» Palavras sábias de quem sabia do ofício melhor do que ninguém e que me acompanham desde então, ao ponto de estar sempre a repeti-las aos meus colegas da TVI. (Devem, talvez, achar-me demasiado insistente, mas eu sinto-me legitimada pelas palavras do grande Pitanguy.)

Nesse telefonema breve, a Maria José disse-me que havia um atraso na hora da gravação. Tomei à letra, portanto, a palavra atraso e fui ficando na esplanada à conversa com a minha amiga, que estava carregada de bolas do Real Madrid e de equipamentos para o Ronaldo autografar. No regresso a Lisboa iria ser uma alegria para os miúdos, filhos e filhas de amigas, que iriam vibrar com a assinatura do craque.

Concentrada na responsabilidade que tinha pela frente, e embalada pela conversa, não me dei conta da passagem dos minutos. Estava completamente distraída com a amiga que tinha levado e que, por certo, nunca imaginara em toda a sua vida vir a ter a oportunidade de conhecer pessoalmente o astro português e muito menos estar em sua casa, privar com ele e conhecer um jovem igual a tantos outros, com a singularidade de ser o melhor do Mundo na sua profissão. Sou mesmo assim. Gosto de poder partilhar as possibilidades que a profissão me abre aos que me são mais próximos. Também por isso levei a maquilhadora que trabalha comigo há 17 anos. Foi um gesto de atenção com elas, mas também comigo, visto que a companhia daquelas pessoas me dava o aconchego emocional para uma situação profissional que eu antecipava exigente e que me iria colocar à prova. A minha dor estava muito presente e tinha tocado fundo na opinião pública, ou seja, nos espectadores, os destinatários do meu trabalho. Tinha consciência de que aquele iria ser um momento de escrutínio avassalador e que iria dividir opiniões. Estava consciente da minha realidade: uns aprovariam a decisão de voltar ao trabalho; outros iriam reprovar-me, julgando que era cedo de mais. A verdade é que o tempo foi-me ensinando que há decisões que apenas são determinadas pela nossa vontade e pela nossa consciência e que, no meu caso, o trabalho é a única terapia perante um trauma tão devastador. Nunca há um tempo. Mas a não existir um tempo para se voltar a enfrentar a vida, a alternativa pode ser trágica. Só que isso ninguém entende, nem mesmo aqueles que julgamos perto de nós mas que, na verdade, estão na sua zona de conforto, automeando-se juizes morais de uma realidade cujos contornos não conhecem nem nunca conhecerão. Apenas vivendo.

Deambulava por estes pensamentos quando tocou o telefone. Era a Maria José Nunes perguntando-me se estava a chegar. Nervosíssima, disse-lhe que estava ainda no Centro de Madrid, ao que ela me respondeu que tinha 30 minutos para começar a gravação, caso contrário a entrevista ficaria sem efeito. Naquele momento, senti o pânico a apoderar-se de mim. Nem maquilhada sequer estava. Tive apenas tempo de apanhar um táxi e de pedir, em tom de desespero, ao jovem condutor para me levar a La Finca em 15 minutos. Expliquei-lhe que tinha uma entrevista marcada com o Cristiano Ronaldo e que estava atrasadíssima. Ele olhou-me com ar incrédulo pelo espelho do retrovisor, pensando provavelmente que a ocupante não estaria bem da cabeça. Lá tive de lhe dizer quem era e que a entrevista era mesmo um assunto sério. Prometi-lhe uma boa gorjeta se ele fosse rápido. Sabia que, sem trânsito, o trajeto levaria 30 minutos, e eu tinha apenas 15!

Chegar a La Finca foi, para dizer o mínimo, um *stress*.

No percurso, só pensava que quando chegasse poderia já não ter o Ronaldo disponível para uma entrevista que eu pretendia que tivesse 50 minutos de duração. A minha ideia era dividi-la em duas partes, para emitir na quinta e na sexta-feira.

Os 30 quilómetros que separam Madrid de La Finca foram feitos em silêncio. Felizmente o jovem condutor era um ás ao volante e ao fim de 20 minutos chegámos à entrada principal do complexo residencial. A partir daí, fomos seguindo as indicações que o Ricardo, assessor do Ronaldo para a Nike, nos ia dando até avistarmos o carro de exteriores da TVI do lado de fora de um gigantesco portão. Finalmente, estava em casa do craque.

Em velocidade-recorde, tivemos apenas tempo para testar o equipamento, dar uns retoques numa maquilhagem simples e começar a gravar.

O Cristiano chegou logo depois. Muito simpático, também ele compreendeu a importância que aquela entrevista tinha para mim. Disse-mo apenas no fim, não no início. Estava calmo, bem-disposto. Ao seu lado estavam dois ou três amigos, que o acompanham sempre, e o irmão. Seguiram a entrevista num outro extremo da sala.

Começámos. Tinha decidido que iria fazer referência aos 29 anos do Ronaldo, a idade do meu filho. Estava com a voz trémula, com dificuldade em soltar as palavras, mas sabia que tinha de ser profissional. Fui. Apesar da dor, fiz o meu melhor em circunstâncias emocionais muito violentas. Falámos de tudo: carreira, Messi, família, filho e namorada da época.

De Manchester para Madrid, podia ver à minha frente um outro Ronaldo: mais solto, mais confiante em termos de avaliar o seu valor e de o assumir e, principalmente, mais forte do ponto de vista comunicacional. Foi nesta entrevista que ele esclareceu que o filho tinha sido registado num consulado

português nos Estados Unidos, o que veio a confirmar o recurso a uma barriga de aluguer. Contrariamente às vozes mais inflamadas, acredito que a vida do Ronaldo só a ele diz respeito. Há decisões que só os próprios estão em condições de avaliar, e não é pelo facto de se tratar de uma figura pública que automaticamente passa a existir o direito de se fazerem juízos morais sobre o que quer que seja.

No final da entrevista disse para mim própria: consegui. Não tinha sido um exercício perfeito. Não existiam condições pessoais para isso, mas senti que não teria sido possível melhor.

Ainda tivemos tempo para umas fotografias junto à piscina, aproveitando a descontração do ambiente. Mais do que o craque, foi um Ronaldo muito humano aquele jovem que encontrei naquela tarde de agosto em Madrid, dando-me o privilégio de o entrevistar na sua casa em La Finca.

TENS DE SER GRANDE

Em França, a Seleção Nacional e o seu líder, Fernando Santos, foram grandes. Carregavam a esperança de um país e de uma diáspora. As cores de uma bandeira têm esse poder: elevar o esprírito de milhões, numa comunhão de afetos e de alegria que não olha a ricos, pobres, pequenos, adultos, iletrados ou alfabetizados.

Durante muitos anos, dizia a mim própria: tenho de ser grande. Ser grande era um exercício de superação, de crescimento por meios próprios, sem influências ou ajudas. Ser grande era estudar, encarar a vida com espírito de sacrifício e louvor pelo trabalho. Ser grande era acreditar.

Anos mais tarde, repeti até à exaustão, noutras circunstâncias da vida, a mesma expressão que de menina me tinha feito mulher. «Tens de ser grande.» Ser grande era conseguir um muito bom ou excelente, as balizas que tinham guiado a minha infância e adolescência. Era conseguir. Alcançar. Vencer. Sem atropelos. Ter mérito. Oh, que palavra ignorada tantas vezes porque desrespeitada pelos mais fortes, mas não necessariamente pelos melhores.

É duro ser «grande». É exigente. Não permite o fracasso. Impõe-nos esforço. Imunidade à maledicência e à inveja, esse sentimento tão português que tantas vezes nos pôs à prova ao longo da História e determina as nossas relações sociais e a nossa personalidade. Quando somos grandes, uns admiram-nos; outros criticam-nos ou censuram os nossos atos e palavras.

É difícil acompanhar os grandes e, por isso, acredito, os grandes experimentam tanto a solidão, num silêncio íntimo.

Em França, a Seleção Nacional e o seu líder, Fernando Santos, foram grandes. Carregavam a esperança de um país e de uma diáspora. As cores de uma bandeira têm esse poder: elevar o espírito de milhões, numa comunhão de afetos e de alegria que não olha a ricos, pobres, pequenos, adultos, iletrados ou alfabetizados.

Numa manhã de uma terça-feira, véspera do jogo entre Portugal e o País de Gales, em Lyon, fui desafiada a ir para França para colaborar na cobertura do Europeu. Hesitei uns minutos mas logo decidi que não podia dizer que não. Não é que seja muito entendida em futebol, mas gosto de ver os grandes jogos e, graças à minha profissão, já tive muitas oportunidades de o fazer. Assisti à final em Gelsenkirchen, quando o Futebol Clube do Porto se sagrou campeão europeu, com José Mourinho como treinador, vi um Barcelona-Benfica em Camp Nou e tive a sorte de assistir, ao lado dos irmãos do Cristiano Ronaldo e da namorada de então, Irina Shayk, ao Real Madrid-Barcelona, a contar para a Liga Espanhola.

Lá parti para Lyon. Pensava eu que existia a possibilidade de regressar na quinta-feira, já que Portugal iria enfrentar uma das equipas-revelação do Europeu: o País de Gales. A imprensa dava o favoritismo aos galeses e, confesso, quando cheguei ao Centro de Lyon, senti-me contagiada pela onda de entusiasmo dos adeptos do País de Gales, que estavam na cidade, aos milhares. Era difícil fazer reportagem com portugueses. De dia, os nossos emigrantes trabalhavam. Os adeptos que viriam de Portugal só chegariam no próprio dia, nos aviões *charter* com viagem e bilhete pagos.

Os galeses estavam confiantes. Bebiam muita cerveja e cantavam hinos de incentivo à sua equipa. Davam o jogo como fácil e subestimavam a nossa Seleção.

As contas, como a História haveria de recordar, saíram-lhes trocadas: Portugal venceu. Marcou três golos e levou a melhor nas grandes penalidades. Ainda consegui assistir aos primeiros 30 minutos da segunda parte. Teria de apresentar o Jornal das 8. Nos estádios, o ambiente é contagiante. Pessoas que não se conhecem de lado nenhum abraçam-se, choram, gritam, usam e abusam do calão. Era um ambiente emocionante.

Senti-me feliz por estar ali e partilhar daquela atmosfera extasiante.

No dia seguinte, quinta-feira, foi a partida para Paris. Estava encontrada a final entre a França e Portugal. Meti na cabeça que às 13 horas já estaria em Paris e em direto com o Jornal da Uma. Foi uma luta contra o tempo que acabou bem-sucedida. Apanhámos o TGV das 11 horas (já estavam esgotados todos os que saíam antes disso) e chegámos cinco minutos antes da uma da tarde. Com câmara, tripé às costas, malas, corremos os 300 metros que separavam a saída do comboio do exterior. Era o que bastava. Num ápice, a ligação com Lisboa foi estabelecida e às 13 lá estávamos, em direto, antecipando a grande final.

A imprensa francesa não escondia o favoritismo da sua Seleção de uma forma arrogante. Já antes, no início da competição, tinham afirmado que «Portugal não jogava nada» e que era «uma equipa que não contava». Talvez estas críticas tenham cimentado a relação, em Marcoussis, entre jogadores e equipa técnica que, todos os dias, vinham cumprimentar, pela manhã, os emigrantes que não arredavam pé do centro de estágio. Era um gosto e um orgulho ver como centenas de pessoas mantinham aquele apoio e entusiasmo. Os jogadores só podiam estar gratos e a proximidade foi bem-vista e elogiada por todos.

Chegados a domingo, o que decorreu foi um jogo impróprio para cardíacos a que assisti pela televisão, a uns dois quilómetros do estádio, num restaurante japonês, cuja televisão estava sempre com falhas, para irritação dos franceses, confiantes, e dos poucos portugueses, a nossa equipa de reportagem.

Sempre que os franceses avançavam nas muitas jogadas de contra-ataque, fechava os olhos, tal era o nervosismo. Há alturas em que os jornalistas não conseguem a imparcialidade a que estamos obrigados. No futebol, sobretudo a esse nível, diria mesmo que é impossível.

No final, a alegria dos portugueses contrastava com o mau perder dos franceses.

O futebol tem esse dom de agregar emoções. Não há corações que vibram. Há um grande coração. É nosso.

A PROFISSÃO ENTROU EM MIM

Com o tempo, o jornalismo tornou-se num sentimento ou até numa paixão. Como todas as paixões, é absorvente, gera-nos angústias, insatisfação, medos, mexe com os nossos humores, mas deixa-nos sempre rendidos.

Comecei verdadeiramente a crescer quando me tornei jornalista. Era uma miúda que tinha estudado no Liceu Carolina Michaëlis, no Porto. Preparava-me para as provas de ingresso no ensino superior e tinha por hábito responder a anúncios de ofertas de emprego, publicados na imprensa. O jornal que era lido na minha casa, onde vivia com a minha mãe e a minha avó Susana, era o *Jornal de Notícias*. Todos os domingos, lá estava eu agarrada às páginas do jornal, tentando encontrar algum trabalho em *part-time* que me permitisse estudar e ganhar algum dinheiro.

Certo dia, um domingo, respondi a um anúncio pedindo jornalistas estagiários para uma empresa de comunicação social. A RTP não era mencionada. Respondi com duas linhas: 18 anos de idade e 18 valores de média final no secundário. Talvez tenha acrescentado que gostava de ler, mas, honestamente, já não me recordo desse tipo de detalhes. Enviei a resposta e nunca mais voltei a pensar nesse anúncio. O tempo corria naturalmente e nada de novo tinha acontecido na minha vida. A verdade é que também não fazia a mínima ideia do que era o jornalismo. Apenas tinha presente as imagens televisivas das locutoras de continuidade que a todo o momento apareciam no ecrã, informando-nos sobre a dinâmica da grelha de programas ou pedindo desculpa pela interrupção das emissões.

Inesperadamente, uns três meses depois, em vésperas do Natal, recebi um telefonema do jornalista José Cruz, informando-me que estava a coordenar o processo de seleção de candidatos para as duas vagas existentes para estagiários e que eu tinha sido escolhida para prestar provas nos estúdios do Monte da Virgem. Fiquei incrédula. Assim aconteceu. Foi uma semana intensa de testes. Havia uma prova de cultura geral, uma exposição frente à câmara sobre um assunto à nossa escolha (eu escolhi falar sobre a telenovela brasileira que estava na altura em emissão), uma prova de escrita televisiva a partir de recortes de jornais e um teste de língua estrangeira.

Para minha surpresa e alegria, dias depois comunicaram-me que tinha sido selecionada e que entraria para os quadros como jornalista estagiária do primeiro ano. A partir desse momento, a minha vida mudou radicalmente. Interrompi os estudos – retomei-os mais tarde, em 1982, licenciando-me em História na Faculdade de Letras do Porto – e dediquei-me ao trabalho junto de colegas que admirava e cujas carreiras seguia até então à distância. Era o caso da Manuela de Melo, da Fátima Torres, do José Cruz, do José Melo, do Carlos Rodrigues e de outros não tão conhecidos do público.

Lembro-me que um dia, estava eu na RTP há pouco tempo, o presidente do Conselho de Administração, João Soares Louro, veio visitar os estúdios e disse-me: «Um dos segredos da profissão é a vontade de aprender sempre.» Nunca esqueci estas palavras.

No Monte da Virgem, dava-me particularmente bem com o José Manuel Castro Ribeiro, que exercia funções de realizador. Pouco tempo depois, conheci a mulher, Célia, de quem também gostei logo no primeiro instante.

Os dias passavam-se entre reportagens e trabalho de redação. Escrevia pequenas notícias que eram revistas pelos chefes de redação. O Marques Rocha era um deles, a que se juntaram mais tarde o Filinto Lapa, o Marques da Cruz e o José Rodrigues Alves. A Manuela de Melo, que eu considerava uma diva, respeitadíssima nos meios televisivos, também corrigiu muitos dos meus textos. De início, era uma tarefa árdua: pensava muito tempo nas palavras e ainda não tinha compreendido realmente o peso da imagem em televisão. Levava normalmente uma tarde a escrever, visionar e editar uma pequena reportagem de minuto e meio, algo impensável nos nossos dias. Todos me diziam que era o tempo normal, mas eu queria fazer mais e melhor.

O primeiro ano passou muito rapidamente. Com o meu primeiro ordenado, nove contos e duzentos e cinquenta escudos (46 euros), tirei a carta de condução, mas teria que trabalhar muito para conseguir comprar um carro. Ia e vinha todos os dias nos transportes públicos. Por vezes apanhava boleia de algum dos meus colegas, o que me facilitava a deslocação para casa.

Nesses primeiros 12 meses, viajei muito pelo Norte e Centro do país, as zonas que geograficamente estavam atribuídas ao Centro de Produção do Porto. As equipas de reportagem da RTP eram recebidas euforicamente pelas populações. Éramos os únicos então. Não havia concorrência. O mundo era nosso para narrarmos as histórias de vida que íamos encontrando nas cidades, vilas e aldeias portuguesas.

Muitas vezes, estava ausente dois ou três dias, porque a ideia era reunir o maior número possível de reportagens para depois, na semana seguinte, realizar a edição e preparar as histórias para emissão nos nossos jornais regionais e nacionais.

Eram tempos em que não sentíamos a pressão da atualidade e a necessidade de sermos os primeiros a chegar. A exigência era nossa, com a qualidade do nosso trabalho, que era visto por milhões de portugueses. Precisávamos que o nosso trabalho fosse reconhecido, o que poderia significar oportunidades de trabalho em Lisboa. Comentávamos entre nós as diferenças entre Lisboa e Porto. Era preciso que o nosso trabalho justificasse a existência de uma delegação tão grande no Norte, uma questão que se colocava sempre que mudava o poder político, o que acontecia frequentemente.

Foi assim, quase por acaso, que eu nasci para o jornalismo. Não entrei na profissão. Foi a profissão que veio ter comigo.

Com o tempo, o jornalismo tornou-se num sentimento ou até numa paixão. Como todas as paixões, é absorvente, gera-nos angústias, insatisfação, medos, mexe com os nossos humores, mas deixa-nos sempre rendidos.

Para mim o jornalismo é a capacidade de transmitirmos em palavras e em imagens o pulso da existência, e, desta forma, o jornalista mais não é do que o intérprete do instante.

Para o jornalismo, o acontecimento não se define como aquilo que simplesmente acontece, mas sim algo que ao acontecer e ao ser revelado produz alterações significativas na realidade e nas pessoas.

Ao refletir sobre o jornalismo, recordo alguns ensinamentos da filosofia e por isso trago a estas linhas o filósofo Fernando Savater. Aquilo que ele nos ensina sobre a filosofia pode ser válido para o jornalismo: a mesma atitude interrogativa sobre a realidade, a mesma ansiedade em encontrar respostas que nos permitam compreender melhor os outros, e, ao fazê-lo, entendermos melhor quem somos e o que fazemos.

Fernando Savater diz-nos que as respostas filosóficas não solucionam as perguntas do real, mas, pelo contrário, cultivam a pergunta, fazem sobressair o essencial dessa pergunta e ajudam-nos a perguntar cada vez melhor.

No meu tempo de estudante ensinavam-nos, logo nas primeiras aulas, que a atitude básica do filósofo é a admiração, a capacidade de nos deixarmos maravilhar diante de tudo aquilo que à partida podemos considerar certo e óbvio. Transportando a mesma atitude para o jornalismo, dir-se-á que essa admiração poderá ser sinónimo de curiosidade.

Aquilo que mais me cativou e fascina, ainda hoje, no jornalismo é a ausência de rotinas. É uma riqueza de vivências que não tem igual. E nisso fui, e sou, uma privilegiada.

AAVÓ SUSANA

Eu era a menina dos olhos da avó Susana... a criança que enchia os seus dias, que a acompanhava para todo o lado, que preenchia a sua imensa solidão.

Sou de um tempo em que as neblinas e os granitos da cidade acentuavam a corrente de afetos com que normalmente olhamos as pessoas do Porto. A cidade, orgulhosa de si mesma, da sua história, da sua combatividade e da sua força laboriosa, escondia-se atrás de uma mistura de gentes, de comportamentos, de rotinas e de vivências que a tornavam num reduto de liberdades escondidas e oprimidas pelo regime.

Não conheci o meu avô Rogério, mas lembro-me de, por entre palavras cortadas, ouvir a minha mãe e a minha avó falarem dos interrogatórios e das perseguições da PIDE.

Criança ainda, não sabia o significado dessas quatro letras alinhadas cujo alcance político só viria a compreender muitos anos mais tarde. Mas as lembranças dos desabafos das mulheres lá de casa nunca deixaram de me acompanhar.

Como era triste o olhar da minha avó Susana, entregue a uma viuvez precoce. Pequeninha, gorduchinha e meiga, a vida da avó Susana confunde-se com a primeira metade do século XX. Lembrava-se vagamente de ouvir falar do regicídio, da visita de D. Manuel ao Porto, mas principalmente da jovem e formosa Isabel de Inglaterra.

A avó gostava de arrancar da memória as histórias com que me embalava nas muitas horas que passávamos juntas.

À medida que eu ia crescendo, fui percebendo a densidade de uma vida que não lhe foi generosa. Logo nos primeiros anos da juventude, brotou nela o fruto de um amor que partiu, cruzando o Atlântico, para não mais voltar das terras quentes do Brasil. Quis o destino que a tia Clara tenha sido entregue aos cuidados de uma irmã abastada, casada com um oficial da Marinha que, de passagem pelo Porto, se tinha enamorado da Miquinhas, como era carinhosamente tratada.

A menina foi criada como uma princesa lá para os lados da Graça, numa casa onde se avistava o velho casario e as águas do Tejo.

Uns dois anos depois, a avó construiu uma família ao lado do avô Rogério. Julgo que ele nunca descobriu o seu segredo e quando morreu, vítima de cancro, estaria longe de imaginar essa dor profunda que acompanhava a minha querida avó. Muitas vezes senti aquela vontade de me intrometer nesse passado feito de silêncios e de omissões, mas nunca o fiz, talvez por intuir o sofrimento que essas recordações iriam provocar na mulher que mimou a minha infância.

Dos quatro filhos do casamento, um sofreu de poliomielite e aos 5 anos ficou com uma deficiência física que lhe deixou traumas que nunca foi capaz de vencer. Os outros filhos seguiram os seus caminhos em condições muito difíceis para a época.

Eu era a menina dos olhos da avó Susana, a menina a quem ela cantava - «a minha menina é de ouro, é de ouro a minha menina» -, a criança que enchia os seus dias, que a acompanhava para todo o lado, que preenchia a sua imensa solidão.

No dia em que a tia Clara nos deixou, por vontade própria, vencida pelo infortúnio de um casamento que a desiludiu e incapacitada para lutar, a avó chorou muito com as lágrimas a cavarem-lhe um rosto marcado pelo cansaço e pelas contrariedades da vida.

AO ENCONTRO DO ORIENTE

Hong Kong era uma metrópole cosmopolita; Macau era uma pequena cidade chinesa onde ninguém falava português. Eu estava a renascer.

Um ano depois de começar a trabalhar como jornalista estagiária na RTP, fui desafiada a ir para Macau. Na época não havia televisão em Macau, mas sim uma rádio que funcionava em língua portuguesa e cantonesa. Era a Rádio Macau, Ou Mun Tintoi.

A rádio era administrada pela RTP e, como tal, precisava de quadros portugueses. O diretor era o Afonso Rato, que tinha sido nomeado pelo então presidente do Conselho de Administração da RTP, o João Soares Louro.

Quando o José Rodrigues Alves, que era meu chefe de redação, me fez o convite, fiquei sem reação. Nunca tal possibilidade me tinha ocorrido. Afinal, estava a trabalhar há apenas um ano. Nunca tinha andado de avião e o local mais distante onde tinha estado tinha sido a cidade espanhola de Tui, na Galiza. Era uma miúda de 19 anos, sem mundo, e, se ao princípio isso me parecia um problema, pouco tempo depois comecei a encarar a ideia como um desafio.

Eu tinha uma enorme vontade de crescer, e por crescimento entendia pôr-me à prova.

Macau afigurava-se como um teste valioso.

Refleti sozinha e, ao saber que o Rodrigues Alves e a família também iriam, não pensei duas vezes. Li um pouco sobre a história daquela pequena cidade de 12 quilómetros quadrados, situada no delta do rio das Pérolas, a uma hora, por barco, de distância de Hong Kong e tomei a decisão em 24 horas, apesar de muitas perguntas não terem resposta. Que trabalho me esperava? Iria sentir-me só? Faria amigos? Não hesitei. As respostas, decidi, surgiriam depois.

O dia da partida chegou. Viajei na Alitalia, que já não existe, com o Afonso Rato. Mais velho e experiente, senti-o como meu protetor, o homem que me acompanhava para um destino nos confins do Mundo onde nós, portugueses, tínhamos chegado no século XVI e mantido boas relações com a China, ao ponto de aquele pedaço de terra chinês sob administração portuguesa nos ter sido emprestado durante 500 anos pelos nossos bons ofícios e pela saudável convivência com os chineses.

Quase 24 horas depois, com paragens em Calcutá, na Índia, e em Bangucoque, na Tailândia, aterrámos em Hong Kong. Não conseguia dizer uma única palavra. Estava deslumbrada. Que cidade magnífica! Arranha-céus imponentes, pessoas bonitas e gentis, muitos ingleses e os néones que tornavam a baía de Hong Kong um dos locais mais belos que conheci até hoje.

Apanhado o Jetfoil (o barco que nos iria transportar para Macau, propriedade de um dos homens mais ricos da região, Stanley Ho), chegámos a Macau. Não podia haver maior contraste com Hong Kong. Hong Kong era uma metrópole cosmopolita; Macau era uma pequena cidade chinesa onde ninguém falava português.

Eu estava a renascer.

MARCAS DE UMA VIDA

Apesar de ter sido por pouco tempo, Macau não foi uma experiência de passagem. Fiz 21 anos em Pequim. Parti adolescente. Regressei mulher, preparada para retomar a profissão e encarar novos e difíceis desafios.

Fui muito feliz em Macau. Cresci como jornalista, mas principalmente como pessoa. Fazia os noticiários das sete da manhã em diante e tinha normalmente as tardes livres.

O meu primeiro entrevistado foi o doutor Paz, que era médico no Hospital de São Januário e diretor dos serviços de saúde. Era o pai de um nosso assistente que fazia um *part-time* na rádio e que se chamava José Rodrigues dos Santos.

Julgo que fui a primeira pessoa que o entrevistei, na qualidade de presidente da associação de estudantes. Volta e meia, encontramos-nos e desfilamos estas recordações.

Anos mais tarde, em 1999, quando aconteceu a transferência de soberania para a República Popular da China, voltámos a trabalhar juntos em Macau com muitos outros colegas nossos da RTP. Eu e o Zé éramos os cicerones e os nossos escassos conhecimentos de chinês divertiam os nossos companheiros.

As palavras que eu mais utilizava eram: «pangiau», que significa amigo; «mecoi», obrigada; «fai ti, fai ti», depressa; e «fai ti, fai ti la», ainda mais depressa.

Incrivelmente, era o suficiente para nos organizarmos com os taxistas e com os chineses com quem trabalhávamos.

Como jornalista, conheci dois governadores: Melo Egídio e Almeida e Costa. Em Macau vivia-se um espírito colonial. A pequena comunidade portuguesa era constituída por famílias que tinham vindo de Angola e, principalmente, de Moçambique. Todos nos conhecíamos pelos nomes, mas as pessoas de quem eu estava mais próxima era dos meus colegas que tinham vindo do Porto, tal como eu.

Muitos fins de semana, passei-os em Hong Kong. Visitava tudo o que podia. Gostava particularmente da zona de Stanley, com as suas praias de areia branca e fina. Tudo era novidade e exclamação. Apreciava os cheiros, a comida, fascinava-me o cosmopolitismo de uma cidade intercultural, fortemente marcada pela presença dos ingleses, que ocupavam os lugares cimeiros na administração.

Quando ficava em Macau, os programas de fim de semana eram passados nas ilhas, então separadas do continente. Íamos à Taipa e a Coloane. Ficava na praia de areia preta e água quente, banqueteávamo-nos com comida portuguesa na pousada de Coloane, que pertencia a um português.

Outras vezes, eu e os meus colegas íamos até Cantão ou ficávamos nas proximidades. Foram belos tempos que recorro com nostalgia.

Profissionalmente tive, nessa altura, a oportunidade de me deslocar a Paris como enviada especial da rádio para a cobertura da primeira eleição de François Mitterrand. Foi nessa primeira viagem que descobri que detestava bife tártaro, apesar de o ter comido com sacrifício, para não desanimar os meus anfitriões franceses.

A nível pessoal, fui operada no hospital inglês Queen Mary, de Hong Kong, a um tumor benigno no ovário direito. Correu tudo bem e dois dias depois já estava de regresso a casa.

A China continental vivia uma época exaltante: as reformas de Deng Xiao Ping estavam a ser revolucionárias. Era uma segunda longa marcha, desta vez em direção ao capitalismo. Foi a partir de Macau e de Hong Kong que foram criadas as regiões económicas especiais, o berço do conceito «um país, dois sistemas»: comunismo e capitalismo.

Deng sublinhava as virtudes do dinheiro e defendia que os chineses enriquecessem. O modelo vingou, mas criou desequilíbrios até hoje inultrapassáveis e fez muitas mortes pelo caminho. O massacre de Tiananmen, a repressão nos campos e nas cidades que se seguiu, as constantes violações dos direitos humanos, problemas que ainda hoje se mantêm num país de um bilião e trezentos milhões de habitantes.

Quando voltei em definitivo ao Porto, um ano e meio depois, o meu pai perguntou-me: «Trouxeste dinheiro para comprar um carro?» Ao que eu respondi: «Não! Gastei tudo em sedas, antiguidades e viagens.»

Apesar de ter sido por pouco tempo, Macau não foi uma experiência de passagem. Fiz 21 anos em Pequim.

Parti adolescente. Regressei mulher, preparada para retomar a profissão e encarar novos e difíceis desafios.

CALORIAS DE TERNURA

«A minha vida deixa de fazer sentido sem estar a escrever. A minha preocupação é negociar com a morte cada livro.»

António Lobo Antunes

Já em Lisboa, para onde me mudei em 1991 a convite do José Eduardo Moniz, cruzei-me profissionalmente com pessoas fascinantes, pessoas inspiradoras que têm pensamentos próprios, que nos ajudam a meditar sobre a vida, as circuns tâncias, o porquê das coisas. José Saramago dizia, quando ganhou o Nobel da Literatura, que «o país tinha ficado mais alto uns centímetros», e é isso que eu sinto sempre que tenho à minha frente pessoas que, com a sua maior ou menor capacidade de comunicação, nos fazem «crescer». No regresso a casa, pensa-se no que foi dito, mais do que naquilo que foi perguntado, e fica uma sensação de realização plena quando gostamos tanto daquele momento.

Sempre senti isso com as entrevistas que fiz a António Lobo Antunes. Nem sempre fui feliz na condição de entrevistadora, tal é a dificuldade em chegar ao íntimo de cada palavra que é dita pelo escritor. Entrevistar António Lobo Antunes exige uma grande concentração e um guião muito pouco definido, porque o escritor encarrega-se de ser ele próprio, pelo que nos vai dizendo, a guiar o nosso pensamento e a definir o fio da conversa.

É isso: com António Lobo Antunes fazem-se conversas, não se fazem entrevistas. É uma outra abordagem ao personagem. Os espectadores não querem que perguntemos. Querem que o façamos ouvir. Levei algum tempo a ter isto claro na minha cabeça.

A sua riqueza interior é tão vasta e inqualificável que tornou-se obrigatório, para este livro, deixar António Lobo Antunes respirar pelas palavras ditas, deixá-lo escorregar o seu pensamento único.

Registei que a guerra em Angola, onde estive, foi uma das experiências mais marcantes da sua vida e que influenciou muita da sua obra – uma obra com mais de 30 livros publicados, entre romances, contos, crónicas e cartas de amor que escreveu à sua mulher entre 1971 e 1973, precisamente quando estive na guerra em Angola, sedimentada na memória em vivências pessoais.

A única coisa que há em comum em todas as guerras é que ninguém ganha uma guerra, todos perdem. Eu estive na guerra civil de Angola, mas a sensação que tenho é a da terrível injustiça, a crueldade, a violência da estupidez e do absurdo que é qualquer guerra.

Quando reflete sobre o seu trabalho, a que dedica mais de dez horas por dia, Lobo Antunes mantém com a escrita aquilo que ele chama de «luta carnal».

Começou a escrever em criança, formou-se em Medicina, especializou-se em Psiquiatria e durante muito tempo percorreu diariamente o caminho de sua casa até ao Hospital Miguel Bombarda, só para não se sentir maluco porque, como diz, escrever é uma coisa solitária e às vezes é preciso ver outras pessoas.

Entrevistei-o muitas vezes, no âmbito do programa Grande Entrevista, que apresentei na RTP, durante 13 anos, nomeadamente quando lançou *Ontem Não te Vi em Babilónia*. A entrevista teve de ser adiada em grelha durante uns 30 minutos porque o autor, que tinha feito o lançamento ao fim da tarde, convidando José Eduardo Agualusa e Ricardo Araújo Pereira para apresentarem o livro, estava atrasado, demorada que tinha sido a apresentação, a que se seguiu o período dos autógrafos.

António Lobo Antunes tem um percurso longo, desde que em 1979 publicou o seu primeiro romance, *Memória de Elefante*.

Para ele, os livros seguem uma vida própria. Compara-os a um filho que ganha a sua autonomia e segue o seu caminho. Um livro é um organismo autónomo, tem as suas próprias leis, tem a sua própria fisionomia, a sua própria maneira de ser.

«A minha vida deixa de fazer sentido sem estar a escrever. A minha preocupação é negociar com a morte cada livro.» Para ele, o talento literário é a capacidade de se comover.

«Nunca me tinha passado pela cabeça ser médico. A Medicina acabou por ser uma escolha quase casual, porque não queria tirar nenhum curso, a minha ideia era trabalhar numa livraria para poder ler os livros de graça, ter tudo aquilo à minha frente.

Falo muito pouco daquilo que faço porque é uma coisa tão íntima, e depois não sabemos o que vai acontecer com aquele trabalho.»

«A primeira vez que entrei no Miguel Bombarda... Ia muitas vezes em pequeno com o meu pai, que era médico lá, ficávamos fechados no carro com os vidros fechados cheios de medo enquanto havia assim umas pessoas que passeavam à volta a quem chamavam malucos. A primeira vez que entrei lá como

médico tinha a sensação de estar numa mistura de um filme de Fellini e na casa da minha avó - corredores escuros e compridos, pessoas que passavam assim sem falar. Mas isso foi muito importante para mim, porque conheci pessoas maravilhosas lá.»

Para o escritor, os psiquiatras são «lobos tristes».

Pergunto: «Há quem diga que vivemos entre a euforia e a depressão?»

Responde: «Eu acho que todos os sentimentos trazem em si o seu contrário.»

Todos nós temos uma figura central na nossa vida. No caso de António Lobo Antunes, essa figura foi o avô paterno, que também se chamava António e que lhe dava «calorias de ternura». Trazia-lhe bolachas, dava-lhe beijos na rua, era um homem que não tinha vergonha de exprimir os sentimentos.

O que é a liberdade? «É viver fora de uma prisão. Todos nós vivemos numa prisão que nós mesmos construímos, por nos impormos limites, por termos receio de os ultrapassar. Todos nós temos uma polícia política interna, cheia de proibições e de regras em relação a nós mesmos.»

MANUEL

No dia 10 de dezembro de 1997 Manuel decidiu acabar com a vida, lançando-se do tabuleiro da Ponte D. Luís, mas o destino quis que tal não acontecesse.

A imagem do homem sumido, corpo franzino, ar macilento, um olhar vazio, vinha ao meu encontro frequentemente, como se de um pesadelo se tratasse. A imagem fotográfica tinha feito manchete num jornal. O homem confessava-se viciado em heroína.

Devorei a reportagem sobre a história do Manuel. Recordava todos os detalhes daquele dia em que os jornais das 20 horas tinham aberto com uma descoberta chocante e surpreendente: o magistrado do Ministério Público no Funchal era toxicodependente e poderia estar envolvido numa rede de tráfico de droga entre o continente e a Madeira.

Perguntava-me: como é que um indivíduo entra na heroína aos 30 anos? Como é que um homem com formação superior, procurador da República, se envolve na mais profunda das misérias?

Sabia que a nova lei que descriminalizava o consumo de droga iria ser votada e aprovada numa quinta-feira, dia do meu programa na RTP, a Grande Entrevista. Decidi que essa seria a história do programa, com a presença do Manuel em estúdio. Seria um testemunho contado na primeira pessoa por quem conheceu e viveu a toxicodependência, estando a trabalhar num tribunal, obrigado a cumprir horários rígidos e a tomar decisões complexas. Sabia pelos jornais que o Manuel tinha, entretanto, conseguido libertar-se do vício, que estava recuperado, que tinha refeito a sua vida profissional e que exercia advocacia em Vila Nova de Gaia.

Não foi preciso grande esforço para o convencer.

Manuel Monteiro Pereira nasceu em Baião, o mais velho de seis irmãos. Aos 10 anos foi estudar para o Porto, para um colégio dos Salesianos. Fez o Liceu, concluiu o 12.º ano e entrou para Direito, como trabalhador estudante. De vez em quando fumava haxixe com os amigos, por diversão.

Concluída a licenciatura, candidatou-se ao Centro de Estudos Judiciários. No dia em que terminou o curso que lhe abriu as portas à magistratura, foi comemorar com um amigo, e foi nesse preciso dia que experimentou a heroína pela primeira vez. Voltou a consumir uma segunda, uma terceira, uma quarta vez, até que, quando caiu em si, estava «agarrado».

A trabalhar primeiro no Tribunal de Santa Maria da Feira e depois no Tribunal da Polícia do Porto, os dias corriam-lhe penosamente. Chegava atrasado, descuidava-se com o seu aspeto, adormecia à secretária, os colegas reparavam que algo se passava com ele, mas estavam longe de imaginar qual era o verdadeiro problema.

Todo o dinheiro que tinha ia para a droga, fez várias tentativas para se «limpar», mas nada resultou. Foi então que decidiu afastar-se do Porto. Concorreu para o Tribunal do Funchal, a pensar numa vida nova que não aconteceu. E foi no Funchal que o escândalo rebentou, quando a Polícia Judiciária, ao investigar uma rede de tráfico de droga entre o continente e a Madeira, descobriu que dois dos implicados eram o procurador do Ministério Público e a sua mulher.

Em dezembro de 1996 Manuel Monteiro Pereira foi exonerado e a partir desse momento, como confessou, «bateu no fundo». Sem família, sem trabalho, sem dinheiro, passava os dias a arrumar carros nas ruas do Porto e de Matosinhos, bem perto dos bairros onde se abastecia.

No dia 10 de dezembro de 1997 Manuel decidiu acabar com a vida, lançando-se do tabuleiro da Ponte D. Luís, mas o destino quis que tal não acontecesse. Naquele instante, alguém apareceu e indicou-lhe o Centro O Caminho, pertencente a uma Igreja Evangélica. Encontrou a cura e sobreviveu.

O COMANDANTE POMBO

«Parto amanhã de manhã, pelas seis horas, para Goma. Trabalho para uma companhia israelita e sou piloto. A viagem é feita num Antonov, velhinho, do tempo da Guerra Fria, que transporta bens e animais. São estas as condições. Quer mesmo ir?»

Ao longo da minha carreira nunca perdi uma oportunidade de testemunhar grandes acontecimentos que marcaram a História.

Exausta, depois de uma longa viagem entre Bruxelas e Kinshasa, não havia tempo a perder. As notícias que chegavam do Leste do Zaire eram aterradoras: as agências internacionais informavam que estavam milhares de pessoas concentradas em campos de refugiados nas cidades de Bukavu e Goma, na fronteira com o Ruanda.

Estávamos em meados de julho de 1994 e estes refugiados estavam a ser ignorados pela comunidade internacional, que ainda não tinha despertado verdadeiramente para o genocídio do Ruanda, semanas antes.

Homens, mulheres, crianças estavam a ser mortos à catanada, a tiro, por estrangulamento. Milhares de famílias inteiras tinham sido dizimadas em resultado do confronto entre duas etnias: Hutus e Tutsis. Distinguiam-se pela origem tribal, pelo tamanho – os Hutus mais baixos que os Tutsis, o nariz maior – e pelo trabalho que faziam. Esta distinção tinha sido fomentada pelos colonizadores belgas.

Recordo uma afirmação da senhora Ogata, que naquela altura dirigia o Alto-Comissariado da ONU para os Refugiados, o ACNUR: «Sem imagens não há ajuda urgente.» Ouvir isto era terrível, mas não era difícil perceber o alcance das suas palavras. Não se antecipam tragédias humanitárias. Primeiro morrem milhares de pessoas; depois chegam as televisões que mostram ao mundo a violência do que está a acontecer; num terceiro momento entram em ação as organizações não-governamentais, com a ajuda humanitária, como a Cruz Vermelha, os Médicos sem Fronteiras e tantas outras. Só depois é que os países mais poderosos, como os Estados Unidos, ou os que têm, diretamente ou indiretamente, responsabilidades, os antigos colonizadores como a França e a Bélgica, se organizam para acudir à tragédia.

Era nesta fase em que estávamos quando cheguei a Kinshasa, na altura capital do Zaire, hoje República Democrática do Congo. Dizia para mim mesma: «Estou a cinco horas do local onde tudo está a acontecer. Sou uma privilegiada. Estou no país onde todos os jornalistas gostariam de fazer as suas reportagens, contar ao mundo, informar, influenciar decisões, ajudar aqueles milhares de pessoas.» Mas como iria eu, e o Fredo, sair de Kinshasa?

Tinha duas possibilidades: ou esperava que o grupo da AMI – Assistência Médica Internacional estivesse pronto para partir, o que poderia levar dias, ou encontrava meios próprios para empreender a viagem.

Esperar pela AMI estava fora de hipótese. Em Lisboa, a redação esperava pelas minhas reportagens e pelos diretos que, com o dispositivo da Eurovisão, sob a coordenação de Lance Newart, poderia efetuar todos os dias para os noticiários da tarde e da noite.

Quando estamos longe, em cenários de guerra ou de catástrofe humanitária, as condições de trabalho são inimagináveis para quem está na base, neste caso, Lisboa. Não há comunicações ou são difíceis, deslocarmo-nos é um problema logístico que tem de ser resolvido, e neste caso havia ainda a insegurança na zona do Mundo mais terrível que conheci até hoje – a África dos Grandes Lagos.

Receios à parte, tinha que começar por algum lado. Decidi que às nove horas da manhã estaria na Embaixada de Portugal, na esperança de que me pudessem dar alguma indicação sobre como viajar de Kinshasa para Goma. A missão estava dada como impossível. Não existiam ligações aéreas, nem estava previsto que fossem retomadas em breve. Sendo assim, restava o avião da AMI.

A dada altura, e depois de muitas perguntas, a funcionária consular que me atendia, já tão desesperada quanto eu, disse-me: «Talvez aquele senhor a possa ajudar.»

Dirigi-me imediatamente à pessoa que me estava a ser indicada, apresentei-me, ele retribuiu gentilmente, dizendo que era conhecido como o comandante Pombo.

Expliquei-lhe muito rapidamente qual era o meu problema e se ele me podia auxiliar, de algum modo.

Respondeu-me prontamente: «Parto amanhã de manhã, pelas seis horas, para Goma. Trabalho para uma companhia israelita e sou piloto. A viagem é feita num *Antonov*, velhinho, do tempo da Guerra Fria, que transporta bens e animais. São estas as condições. Quer mesmo ir?»

O meu cérebro processava rapidamente a informação. Era uma viagem de risco. Não me preocupava a

ideia de viajar ao lado de couves e galinhas, sentada no chão, mas confesso que a ideia do *Antonov* deixava-me intranquila.

Pedi a opinião do Fredo e ele não hesitou: «Seguimos viagem com o comandante Pombo.»

A tripulação era russa, homens na casa dos 50 anos, talvez antigos funcionários da Aeroflot, presumi. Ocupámos umas cadeiras velhíssimas, a casa de banho impunha o duro esforço de retenção da urina, a comida era apenas umas sandes de desconfiar.

A viagem durou as cinco horas previstas. Aterrámos no aeroporto de Goma com dificuldade. Durante cerca de uma hora, aguardámos as instruções da torre de controlo, dirigida por militares norteamericanos.

Quando saímos do avião, fui imediatamente abordada em português. A pessoa que se me dirigiu foi decisiva para o sucesso do nosso trabalho. Era o Carlos Pinto, empregado numa companhia aérea, a SYDEC, que operava a partir de Goma. Naquelas semanas de terror, com a chegada de militares, médicos, enfermeiros, jornalistas, o Carlos tinha alterado as suas rotinas para se tornar numa espécie de guia e intérprete, valendo-se dos seus conhecimentos sobre a região e do seu excelente francês.

O GENOCÍDIO

Foram 100 dias de matança, a que se seguiu um dos maiores êxodos de refugiados de que há memória. Morreram mais de um milhão de pessoas, neste que foi considerado o segundo maior holocausto do século XX. Outros tantos fugiram à morte. Estive lá.

Esta longa história começa no dia 6 de abril de 1994. O *Falcon 50* em que viajavam os presidentes do Ruanda e do Burundi foi abatido, minutos antes da aterragem em Kigali, a capital do Ruanda. Ninguém sobreviveu. Este atentado desencadeou o maior genocídio do último quartel do século XX.

Os Tutsis foram responsabilizados pela queda do avião e daí até ao início da matança foi um pequeno passo.

Mais de 800 mil pessoas foram mortas nos meses que se seguiram, na sua maioria tutsis

Quando as potências europeias dominaram a África a partir do século XVIII, mas sobretudo no século XIX, desrespeitaram as fronteiras territoriais. Separaram tribos, a partir de fronteiras que foram criadas para servir o interesse dos colonizadores, reunindo nos mesmos territórios tribos ancestralmente inimigas. Foi o que aconteceu no Ruanda, Burundi e Uganda, onde os Tutsis e os Hutus foram obrigados a conviver num mesmo espaço, sob o domínio dos colonizadores.

Os belgas, que chegaram ao Ruanda em 1923, elegeram os Tutsis como seus aliados e deram-lhes oportunidades, como o acesso à saúde, à educação e aos melhores empregos. Tomaram partido da rivalidade entre as duas tribos e mantiveram os Hutus em condições desfavoráveis.

Os Tutsis são originários da região do Sahel, no Sul do Saara, descendem de tribos do Sudão e da Etiópia. São altos e magros, o que os diferencia dos Hutus, que descendem dos Bantos e das tribos do Centro de África. São mais baixos e fortes.

Com a descolonização, em 1962, estas tribos ficaram entregues a elas próprias, mas o mal de raiz existia e esse mal significava ódio, disputa territorial, guerra pelo poder.

A rivalidade entre os dois grupos aumentou com os Hutus no poder. No início dos anos 90, a revista *Kangura* publicou «Os 10 mandamentos dos Hutus». Um desses mandamentos dizia que qualquer hutu que tivesse negócios ou amizade com tutsis era considerado um traidor.

Em 1994, os 7 milhões de habitantes do Ruanda eram constituídos, aproximadamente, por 85 por cento de hutus e 15 por cento de tutsis.

Quando se iniciaram os assassinatos, o mundo sabia que as forças das Nações Unidas, um escasso contingente de capacetes-azuis, não estava a conseguir controlar a situação, o que significava travar a mortandade. As próprias vidas dos homens da ONU corriam perigo. O ódio e o apelo aos assassinatos em massa eram instigados boca a boca, mas principalmente pelas emissões da Rádio Mil Colinas, nome pelo qual é conhecido o Ruanda. A senha mais utilizada era «cortem as árvores altas», numa referência à estatura dos Tutsis. Muitos deles tiveram os pés amputados, num ato de crueldade praticado pelos Hutus, para que ficassem todos do mesmo tamanho.

Foram 100 dias de matança, a que se seguiu um dos maiores êxodos de refugiados de que há memória.

Morreram mais de um milhão de pessoas, neste que foi considerado o segundo maior holocausto do século XX.

Outros tantos fugiram à morte.

A fuga deu-se principalmente para o vizinho Zaire, hoje República Democrática do Congo, e para a cidade de Kibumba, na fronteira com o Ruanda.

Foi entre finais de julho de 1994 e princípios de agosto que o Ruanda passou para a primeira linha das notícias internacionais. Os relatos sobre a tragédia humanitária nos campos de refugiados começavam a ser conhecidos, com contornos dramáticos.

Em Lisboa, foi tomada a decisão de enviar uma equipa de reportagem para Goma, no Zaire.

Partimos bem cedo, num voo da Sabena – a companhia aérea de bandeira belga – com destino a Bruxelas. Sabíamos, eu e o Godofredo Guedes, que o dia iria ser intenso.

Conhecíamos-nos há cerca de dois anos, e era uma relação cordial. Nunca tínhamos trabalhado juntos. O Fredo, como era tratado na redação da 5 de Outubro, era um experiente produtor de televisão. Tinha trabalhado na África do Sul e no Reino Unido ao lado de grandes nomes da imprensa internacional. Filho de pais portugueses, nasceu em Moçambique, onde viveu até à juventude. O Fredo tinha sido «descoberto» pelo Artur Albarran na Arábia Saudita durante a primeira Guerra do Golfo, em 1991.

Semanas depois, já estava a trabalhar connosco, em Lisboa.

Tal como estava combinado, o Pedro Oliveira (antigo correspondente da RTP em Bruxelas) encontrava-se à nossa espera no aeroporto. Era ele que nos iria acompanhar nos múltiplos afazeres, antes da partida para África.

O avião que fazia a ligação Bruxelas-Kinshasa descolava às 22 horas desse dia, mas até lá muitas coisas estavam pendentes. Precisávamos de tomar as vacinas contra a cólera e a febre-amarela, que não tinha sido possível fazer na consulta de medicina tropical, em Lisboa.

Logo a seguir, o Fredo reuniu todo o equipamento técnico na delegação da RTP em Bruxelas: câmaras, microfones, cassetes. Fizemos os últimos telefonemas para Lisboa e ainda restou algum tempo para as compras de última hora: água mineral, lençóis e alguns livros sobre a História do Ruanda.

Cerca das 20 horas, estávamos de volta ao aeroporto, preparados para uma viagem de 10 horas e curiosos por encontrarmos os nossos companheiros de voo. Eram eles os médicos e enfermeiros da AMI - Assistência Médica Internacional, chefiados pelo Fernando Nobre. Jornalistas, viajávamos nós, RTP, e o João Almeida da TSF.

A companhia da equipa da AMI era uma preciosa proteção para nos relacionarmos com os bandos organizados que não largam os viajantes incautos à chegada a Kinshasa. No avião, combinámos que sairíamos juntos, já que à nossa espera estavam representantes da comunidade portuguesa, com a qual Fernando Nobre e o irmão mantinham relações de amizade.

À nossa espera estava o comendador António Neves, industrial de café, o Casimiro, proprietário de uma oficina de reparação de automóveis, e o Araújo, dono de uma fábrica de medicamentos. Estava acertado que os medicamentos e alimentos iriam ser adquiridos em Kinshasa. Era mais barato e, claro, mais funcional. Os alimentos foram comprados pela AMI numa loja de comércio, a Hasson et Frères, que tinha como sócio-gerente um outro português, o comendador Moreira e Silva.

Sabíamos também que o avião da AMI que nos iria transportar até Goma era um *Boeing 707*, propriedade também de um português e de um belga.

A equipa da AMI, assim como o João Almeida, ficaram instalados numa das casas dos amigos portugueses. O Fredo e eu seguimos para o Hotel Intercontinental, cuja reserva tinha sido feita em Lisboa.

O Fernando Nobre calculava que iria precisar de dois a três dias, o tempo indispensável para carregar o avião com alimentos e medicamentos. Só depois poderia partir para o Leste. Eu teria de chegar antes.

A CHEGADA DA AMI

Eram como facadas no coração ver aqueles doentes, deitados no chão, já sem se poderem mover, libertarem uma saliva branca e morrerem sem soltar um único gemido.

As notícias corriam depressa. O Carlos Pinto estava sempre bem informado. Dois dias depois da nossa chegada a Goma, logo que entrámos no jipe, o telemóvel do Carlos começou a tocar. Sempre bem-disposto, o Carlos atendeu: «SYDEC, *bonjour*...» Foi através deste telefonema que soubemos da chegada da equipa da AMI. Seguimos imediatamente para o aeroporto.

Com dois dias de avanço, algumas reportagens já emitidas, a chegada do pessoal da AMI seria a nossa história do dia.

Acabámos por ter que esperar duas horas até à aterragem do avião que transportava o Fernando Nobre e os seus companheiros. Vinham preparados para começar a trabalhar o mais rapidamente possível. A situação era de emergência e todo o apoio humanitário nunca era de mais. A equipa da AMI era constituída por sete elementos: ao Fernando Nobre juntavam-se dois outros médicos – a psiquiatra Luísa Gonçalves e o Diogo, clínico geral.

A Luísa não era uma estreante neste tipo de operações. Aderiu ao projeto da AMI em 1998. Nesse ano foi deslocada para São Tomé e Príncipe. Posteriormente, esteve na Jordânia e no Irão. O Zaire era a sua quarta missão. Guardo dela uma imagem de grande generosidade e de um forte voluntarismo.

O Diogo tinha entrado para a AMI em 1990. A Guiné-Bissau tinha sido a sua primeira experiência, a que se tinham seguido Angola e Moçambique.

Um outro elemento importante na equipa era o José Luís Nobre, irmão do Fernando. Era o responsável pela logística. Licenciado em Relações Internacionais e em Ciência Política pela Universidade Livre de Bruxelas, o José Luís era de todos o que melhor conhecia o Zaire, onde tinha vivido entre 1964 e 1991.

A equipa integrava ainda os enfermeiros Hugo e Irineu, o braço-direito do Luís no terreno.

O avião da AMI transportava 8 toneladas de medicamentos, 3 toneladas de farinha de milho, 400 quilos de açúcar, 300 litros de óleo e todo o material indispensável para o trabalho de uma equipa médica e de enfermagem que iria enfrentar condições tão adversas.

As manhãs começam cedo em África.

Pelas cinco horas já o movimento de refugiados era alucinante nas ruas de Goma. De um lado para o outro, circulavam as viaturas das organizações humanitárias.

Nas margens do lago Kivu existiam vivendas de sonho, com *courts* de ténis e piscinas, outrora integradas num ambiente luxuriante. Era chocante atravessar a cidade e observar o contraste entre os sinais da opulência de um passado colonial e a situação dos refugiados ruandeses, famintos e doentes.

Ao observar aquela realidade arrepiante, recordei uma das primeiras reportagens sobre o assunto que, ainda em Lisboa, tinha lido, e fora publicada na francesa *Paris Match*, dando conta do contraste entre esse passado colonial e uma terra transformada agora em campos de morte.

Todas as manhãs, milhares de refugiados dirigiam-se para as margens do lago, com bidões e baldes para se abastecerem de água. A água que lhes tirava a sede era a mesma que os podia matar, porque estava contaminada, sendo uma fonte de doenças, principalmente da mais mortal, a cólera.

Lembro-me de que os números de morte por cólera dispararam muito rapidamente, tornou-se numa epidemia que chegou a matar mais de duas mil pessoas por dia.

Eram como facadas no coração ver aqueles doentes, deitados no chão, já sem se poderem mover, libertarem uma saliva branca e morrerem sem soltar um único gemido.

Nos campos tudo se mantinha igual. A maioria dos refugiados mantinha-se ao relento. Os que conseguiam lonas para improvisar tendas eram os mais afortunados.

Na reportagem com a equipa da AMI, Fernando Nobre reconheceu que a situação era de desespero e que os médicos tinham a sensação de que pouco podiam fazer para combater a tragédia. Disse-me que o principal problema era a falta de água e que o trabalho das organizações no terreno era responder à medida que os casos mais graves apareciam, mas eram tantos...

Anos mais tarde, no seu livro de memórias, Fernando Nobre assumiu que a experiência nos campos de refugiados ruandeses tinha sido a mais marcante da sua vida, como médico e responsável pela AMI.

Às primeiras horas da manhã, os refugiados formavam longas filas de espera. Voluntários zairenses e ruandeses registavam os nomes e faziam uma primeira triagem. Identificavam os casos dos doentes que careciam de ajuda imediata. Acompanhei o Fernando numa dessas missões, debaixo de um calor insuportável. À sua espera estava um jovem que tinha sido atingido por uma bala. Tinha uma grande parte do braço destruída, com a carne rasgada quase até ao osso. Iria ser amputado. Casos como este eram aos milhares. A céu aberto.

A AMI investiu cerca de 100 mil euros na «Operação Goma». A intenção era permanecer um mês e salvar o maior número de vidas que fosse possível. Os números para a imprensa estavam permanentemente a mudar. Ora se falava em duas mil mortes por dia, ora em três mil.

Num dos dias em que procurei os médicos e os enfermeiros portugueses, encontrei a Luísa Gonçalves a tentar salvar a vida de uma mulher e a do filho, de poucos meses. Dava-lhes soro. A médica não escondia o seu desânimo. A mãe faleceu. A criança sobreviveu.

As crianças órfãs eram transportadas para o Orfanato Ngosho. Encontrei centenas de crianças. Numa sala, concentravam-se os mais pequenos. Quando lá estive, as Irmãs da Caridade de França preparavam os biberões.

No exterior, assisti à distribuição de bolachas aos mais crescidos. As crianças atropelavam-se na ânsia de conseguirem uma bolacha. Alguns metros adiante, eram servidas malgas de leite.

Fernando Nobre tinha definido como prioridade estabelecer um plano de trabalho com as organizações internacionais que coordenavam todas as equipas presentes em Goma. Começou por contactar a Federação Internacional da Cruz Vermelha e o Alto-Comissariado da ONU para os Refugiados, esta sim, a instituição responsável pelo funcionamento de todas as ONG. Trocadas as primeiras impressões, a AMI decidiu associar-se à Cruz Vermelha. Enquanto decorreram estes contactos, os medicamentos e os alimentos foram guardados em local seguro, num depósito arranjado pelo Carlos Pinto. Mais tarde, viemos a saber que um dos problemas que afetaram a eficácia das ONG foi não terem conseguido manter intacto o apoio humanitário. Os assaltos e os roubos eram frequentes, muitas vezes com a cumplicidade dos militares zairenses.

A FRONTEIRA DA MORTE

Vi milhares de vivos circulando ao lado de milhares de mortos. As valas eram abertas por voluntários zairenses. Alguns dos corpos eram embrulhados em esteiras, as mesmas que protegiam os refugiados do frio da noite.

Mais de um milhão de ruandeses tinham atravessado, nas últimas semanas de julho de 1994, a fronteira com o Zaire, no maior êxodo de sempre registado pelo Alto-Comissariado da ONU para os Refugiados. A localidade de Kibumba, situada a cerca de 20 quilómetros de Goma, estava transformada no maior campo de refugiados do Mundo. O caminho entre Goma e Kibumba era uma viagem ao inferno: terra seca, um sol escaldante, o cheiro a morte a entrar-nos pelo corpo dentro.

No jipe de Carlos Pinto, sentada no banco da frente tinha pouco mais de uma hora para gravar as primeiras imagens. O Fredo dava-me segurança. Olhei para trás e lá estava ele, de câmara ao ombro, vidro aberto, a executar um *travelling* (plano gravado em movimento) que me iria ser muito útil no momento da edição.

À medida que as imagens vão sendo gravadas, nós, jornalistas de televisão, vamos começando automaticamente a construir mentalmente a «história». Decidi que aquele *travelling* iria ser o início da reportagem. Era o que melhor situava o espectador naquele território de sofrimento.

Viam-se milhares de tendas cedidas pelas agências internacionais e refugiados deambulando de um lado para o outro, num vaivém aparentemente sem sentido. Procuravam comida, água, um qualquer abrigo. Uma mão amiga que viria não se sabia de onde.

Durante o trajeto, neste primeiro dia de reportagem, acompanhou-me a imagem de uma criança morta na berma da estrada, tendo a seu lado um cartão de identidade. Disseram-me que à medida que as famílias avançavam para o interior dos campos, os moribundos iam sendo abandonados. Ao longo da estrada, famílias inteiras iam-se separando. Os mais fortes continuavam, carregando as poucas coisas que tinham conseguido salvar na fuga do Ruanda. Os mais fracos ficavam. Terá sido o que aconteceu com aquela criança e também com um idoso que observei, debaixo de uma árvore, como se estivesse em repouso, mas cujo corpo já estava com sinais de avançado estado de decomposição.

Naquele quadro de miséria extrema, os laços familiares contavam pouco. Sobreviver era a luta diária para os que conseguiam aguentar a pé muitos quilómetros de estrada, sem água, sem comida, entregues ao destino.

A imprensa internacional estava em todo o lado. As organizações humanitárias tinham começado a chegar em força. No meio do caos, Kibumba era um porto de abrigo, mas só para alguns. Para muito poucos.

No interior do campo, gravámos as imagens de militares franceses a transportar dezenas de corpos. No meio do nada, voluntários zairenses abriam valas comuns para onde os corpos, depois de retirados dos camiões, eram lançados com pás como se de terra se tratasse. Vi milhares de vivos circulando ao lado de milhares de mortos. Alguns dos corpos eram embrulhados em esteiras, as mesmas que protegiam os refugiados do frio da noite.

Os vivos carregavam bidões de água quase sempre vazios, toros de lenha com que faziam as fogueiras que os aqueciam à noite e onde cozinhavam os poucos alimentos que iam conseguindo. Havia comida para muito poucos, e água quase para nenhuns. Quando a água dos tanques das ONG acabava, instalava-se a revolta.

Com a primeira reportagem em Lisboa, preparámo-nos para o «direto» no Telejornal das 20 horas. A um minuto de «entrar no ar», o Fredo apareceu com um militar português, o major Leça, comandante do *Hercules C-130* que, entretanto, a Força Aérea Portuguesa tinha posto à disposição para o transporte de ajuda humanitária. Aproveitei a presença do major para lhe fazer uma breve entrevista. O seu testemunho deu uma outra dimensão ao «direto». Ele explicou que já tinha participado em operações semelhantes em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, mas que em 20 anos de carreira nunca tinha visto nada assim, nada tão trágico.

Naquelas semanas, a missão dos militares portugueses consistia na distribuição de alimentos e medicamentos. Faziam, em média, duas a três viagens por dia sob as ordens do comando francês.

O momento dos «diretos» era penoso para os enviados especiais. Alinhados, separados por uma curta distância, talvez um metro, esperávamos a nossa vez para entrarmos nas emissões dos nossos países. Estávamos ao lado de barreiras de arame farpado que nos separavam da estrada. Era impossível não vermos o que se passava à nossa volta. Nas bermas, os refugiados que estavam saudáveis esperavam auxílio. Estavam tão perto de nós que era psicologicamente impossível abstrairmo-nos do que se passava à nossa volta. Pelo contrário, era essa realidade que tínhamos que mostrar ao mundo: o genocídio, a

catástrofe humanitária, a incapacidade de socorrer tanta gente, as condições sub-humanas nos campos.

Os *media* internacionais tinham instalado as suas bases logísticas no aeroporto, um enorme descampado onde se acumulavam dezenas de tendas, umas transformadas em dormitórios, outras em arrecadações onde as equipas de reportagem preparavam, editavam e emitiam as suas reportagens.

Num dos extremos do aeroporto, ao ar livre, estava a EBU – European Broadcasting Union, de onde era feita a coordenação entre televisões e as equipas de enviados especiais, tal como era de lá que eram feitos, nas condições que descrevi, os «diretos» para os jornais televisivos.

Fomos simpaticamente saudados pelos técnicos presentes, liderados por Lance Newart. Era americano, casado com uma suíça e residente em Genebra, a sede da EBU. Ao longo daqueles dias, nunca o vi perder a calma, e eram tantos os momentos de confusão. Lance fazia autênticos milagres na gestão dos tempos de satélite e geria dezenas de pedidos de jornalistas que continuavam a chegar de todos os cantos do Mundo.

Reencontrei-o anos mais tarde, em 1997, em Hong Kong, na transferência da soberania da colónia britânica para a República Popular da China.

Em Goma, entre os jornalistas, viam-se muitas caras conhecidas das principais televisões do Mundo. Christiane Amanpour, da CNN, era uma delas. Dei por mim a fixá-la longamente e a recordar tudo o que sabia a seu respeito: filha de pai iraniano e de mãe inglesa, obrigada a deixar Teerão com a chegada ao poder dos *ayatollahs*, a vida em Londres, os estudos nos Estados Unidos, o emprego arrancado a ferros na CNN em Atlanta e depois o lugar como correspondente em Paris, até se ter tornado numa estrela televisiva com direito a capa da *Time*. Voltámos a cruzar-nos nestas andanças em 1995, na Bósnia, em 2001, no Paquistão, e em Paris na eleição de Emmanuel Macron, em 2017.

DESTINO: KIGALI

Antes dos massacres Kigali contava com meio milhão de habitantes. Quando lá estive, naquele mês de julho de 1994, não existiriam mais de 100 mil pessoas.

A cidade estava arrasada. Parecia que uma bomba nuclear tinha sido lançada naquele espaço.

Sentíamos que, à medida que os dias iam passando, as reportagens pouco traziam de novo. O essencial das histórias estava contado. A nossa rotina consistia em visitar os campos, falar com os refugiados, avaliar o trabalho das organizações humanitárias, acompanhar a distribuição de alimentos, medicamentos, estar a par de todos os comunicados (*press releases*) do ACNUR, perceber as movimentações internacionais e tentar perceber o que se passava do outro lado da fronteira, no Ruanda.

Eu e o Fredo tínhamos perfeita consciência de que o nosso trabalho não ficaria completo se não arriscássemos a viagem a Kigali, a capital do Ruanda. Era preciso mostrar o que se passava no país do genocídio, gravar testemunhos, obter imagens da chacina. A viagem seria perigosa. Teríamos de estar preparados para encontrar milícias armadas espalhadas pelo caminho.

De Goma até Kigali a distância era aproximadamente 160 quilómetros, mas já nos tinham informado de que as estradas estavam em muito bom estado, uma boa herança da colonização belga.

Depois de muitas conversas sobre o que fazer para alcançarmos o nosso objetivo, valeu a experiência do Fredo. Muitos dos jornalistas e repórteres de imagem que estavam em Goma eram seus conhecidos do tempo em que tinha trabalhado na África do Sul e em Londres para a ITN.

O plano consistia em juntarmo-nos à caravana que integrava os principais *media* internacionais e que iria sair de Goma com destino a Kigali. Sabíamos que não seria fácil vencermos as sucessivas barreiras e que estávamos em território hostil. No entanto, acreditámos que com os nossos dólares iríamos conseguir ultrapassar essas resistências. Nada disto, afinal, era novo para nós. Já em Kinshasa tivemos de pagar 100 dólares cada um para conseguirmos retirar a nossa bagagem e levantar o equipamento técnico. Também desta vez dinheiro não seria problema.

Sempre que as equipas de enviados especiais partem para cenários de guerra, o *modus operandi* é levarem dinheiro em quantidade suficiente para todos os imprevistos, o que inclui pagar a quem nos possa facilitar a realização de uma reportagem.

Logo à entrada em território ruandês, surgiram as primeiras dificuldades. Os militares que patrulhavam a fronteira não nos deixavam passar. Alegavam que não tínhamos os documentos necessários, que eram precisas autorizações especiais, como se naquela terra de ninguém, onde tinham acabado de ser assassinadas mais de um milhão de pessoas, o poder estivesse organizado. Diziam-nos que de nada valia viajarmos com carros identificados com os símbolos *press* (imprensa), que não garantiam a nossa segurança, e mais outros tantos problemas.

Foram necessárias duas horas para que a cancela de madeira, ao lado da qual estava um depósito com centenas de metralhadoras e outras armas de guerra, se erguesse para que a caravana pudesse avançar.

Nestas circunstâncias, a solidariedade entre profissionais revela-se muito forte. É a chamada «tribo».

Pelo caminho fomos encontrando alguns refugiados que haviam decidido empreender o caminho de volta. Disseram-me que a situação nos campos de refugiados era horrível e se era para morrer, então preferiam que isso acontecesse nas suas aldeias. Carregavam a esperança de que ainda poderiam voltar às suas terras e de que, com a intervenção estrangeira, estariam a salvo.

A primeira cidade onde parámos para gravar imagens foi Gisenyi. Uma cidade praticamente deserta. Existiam ruínas por todo o lado. Não havia água, nem eletricidade, nem comida. Gisenyi era um local-fantasma.

O percurso até Kigali fez-se em quatro horas num terreno montanhoso, mas com bom asfalto.

Em tempos, o Ruanda era conhecido como a «Terra das Mil Colinas» ou a «Suíça de África». A paisagem era esmagadora, de bela. Por entre a chacina, vislumbravam-se as encostas das montanhas, ricas em plantações de chá e de café.

Antes dos massacres Kigali contava com meio milhão de habitantes. Quando lá estive, naquele mês de julho de 1994, não existiram mais de 100 mil pessoas.

A cidade estava arrasada. Parecia que uma bomba nuclear tinha sido lançada naquele espaço. Os edifícios públicos estavam totalmente destruídos, carregados de buracos de balas e de morteiros. O cheiro era nauseabundo. Muitos sobreviventes do genocídio não enterraram os seus mortos. Tiveram que fugir, os que puderam. No decorrer dos massacres, invadiram-se e destruíram-se igrejas, hospitais, foram mortas milhares de crianças.

Quando estávamos a gravar no que seria o Centro da cidade, um homem veio ao nosso encontro. Devia ter os seus 30 e poucos anos. Disse-nos que era da etnia tutsi e contou para a câmara a sua história. Revelou que desconhecia o paradeiro da mulher e da filha, que os irmãos tinham sido assassinados.

Guiou-nos aos principais locais da barbárie, como a igreja onde logo nos primeiros dias da guerra foram mortos padres e freiras belgas. Seguimos para o palácio presidencial, onde não havia uma parede intacta, assim como na Embaixada de França. Apenas a fotografia do presidente François Mitterrand estava colocada na parede, rodeada por buracos de balas.

Na Embaixada Americana flutuava, isolada, a bandeira.

Nas ruas, gravámos imagens de veículos desfeitos, quase todos queimados.

A chacina tinha sido total.

HOTEL RUANDA

Às duas da manhã chegámos a Kigali. O grupo das Nações Unidas ficou instalado no Hotel Méridien. Sem pensar duas vezes, comuniquei ao meu repórter de imagem: «Eu não vou ficar aqui. Vamos para o Hotel des Mille Collines, que passou a ser conhecido como Hotel Ruanda.» E assim aconteceu.

António Guterres, no seu gabinete em Genebra, preparava mais uma longa viagem à chamada África Negra. O alto-comissário das Nações Unidas para os refugiados encarava o seu trabalho com a proximidade e a esperança que transportava em todas as suas missões. Amava o que fazia. E transmitia de uma forma contagiante aos que lhe eram próximos o espírito de sacrifício que imprimia ao seu trabalho.

O atual secretário-geral da ONU nunca foi um homem de gabinete. Mesmo em Portugal, foi com determinação que realizou a sua ação política – como líder do PS e, num segundo momento, como primeiro-ministro. Era um homem de causas e percebia-se que estava desfasado, e que as guerras de poder nada tinham a ver com a sua personalidade. Detestava conflitos, embora fosse combativo, mas sempre conciliador.

A nomeação para um alto cargo internacional, em 2005, ainda por cima a pasta dos refugiados, era um desafio ao qual nunca poderia dizer que não. Estava na sua natureza a ideia do próximo e dos mais necessitados, tributário de um catolicismo social que o havia formatado na adolescência e na juventude.

Os acontecimentos de 1994, no Zaire e no Ruanda, tinham-me acompanhado durante todos os dias da minha vida. Foi a situação que mais me marcou e aquela que me fez sentir, no sentido integral da palavra, a paixão pelo jornalismo. Desde então, o meu olhar sobre a profissão nunca mais foi o mesmo. Tinha sido avassalador.

Em 2004, o genocídio do Ruanda foi contado no filme *Hotel Ruanda*, relatando a história real de Paul Rusesabagina, que salvou a vida de cerca de 1300 pessoas. Ele era o gerente do Hotel des Mille Collines, num dos momentos de maior tensão entre Hutus e Tutsis.

Paul tentou proteger a sua família, mas, com a continuação da tensão e das mortes, os turistas partiram e aumentou a quantidade de pessoas que procuraram abrigo e proteção no hotel, que era protegido pelo escasso dispositivo das Nações Unidas.

Durante 100 dias, perto de um milhão de pessoas morreram baleadas, queimadas ou esquartejadas, num dos massacres mais sangrentos de todos os tempos. A comunidade internacional fez muito pouco para evitar a tragédia.

Numa atitude que já foi comparada a momentos do filme *A Lista de Schindler*, Paul escondeu no hotel mais de um milhar de tutsis.

Quando, naquele ano de 2005, soube por acaso que António Guterres iria visitar os campos de refugiados da África dos Grandes Lagos (Congo, Ruanda, Burundi e Tanzânia), enviei um *email* aos seus assessores de imprensa. Pedia-lhes autorização para que uma equipa de reportagem da RTP pudesse acompanhar a viagem de Guterres. Semanas depois, a resposta surgiu: autorizado.

Encontrámo-nos no Aeroporto Charles de Gaulle, em Paris. Cumprimentámo-nos, trocámos impressões sobre a viagem, os contactos que iriam ser mantidos, as visitas que iriam ser realizadas.

Onze anos depois, era o regresso à região onde eu tinha vivido a minha mais intensa experiência profissional.

Coincidência ou não, a primeira paragem foi em Kinshasa, onde visitámos um centro de crianças, abandonadas, órfãs, apoiadas pelas equipas da ONU no terreno. Preparavam-nas para enfrentar a vida. Davam-lhes educação e valores.

No dia seguinte, o destino mais esperado: Goma. A paragem do avião da ONU foi em Bukavu, a capital da província, um dos locais mais perigosos do Mundo. Mesmo nos períodos de tréguas, o Leste do Zaire nunca tinha deixado de estar em guerra, pelo controlo da terra e, tão ou mais importante, pelos valiosos minérios que abundam na região, nomeadamente o coltan, que é utilizado no fabrico de bens eletrónicos como os telemóveis.

A intenção era avaliar a situação dos refugiados na cidade de Bukavu, a evolução dos combates, as constantes violações de mulheres e, feito esse reconhecimento, partir para Kigali, no Ruanda. A viagem deveria ser feita de avião, mas problemas técnicos obrigaram a comitiva a fazer o percurso de carro e à noite. Talvez eu fosse a única que conhecia o trajeto e sabia que em duas horas estaríamos na capital ruandesa. O coração batia forte. Como estaria Kigali 11 anos depois de eu ter lá estado num cenário de caos, morte e destruição? No rescaldo do genocídio e da tragédia humanitária que se lhe seguiu, sabíamos que os Estados Unidos tinham financiado a reconstrução do país, investido em equipamentos e

infraestruturas.

Às duas da manhã chegámos a Kigali. O grupo das Nações Unidas ficou instalado no Hotel Méridien. Sem pensar duas vezes, comuniquei ao meu repórter de imagem: «Eu não vou ficar aqui. Vamos para o Hotel des Mille Collines, que passou a ser conhecido como Hotel Ruanda.» E assim aconteceu.

Na manhã do dia seguinte, estava a tomar o pequeno-almoço, junto à piscina cuja água tinha sido dada aos refugiados que ali tinham sido acolhidos, no mesmo jardim da famosa árvore que aparece numa das imagens do filme *Hotel Ruanda*, onde se tinham abrigado centenas de pessoas.

Sadako Ogata, japonesa, foi alta-comissária da ONU para os refugiados entre 1991 e 2000.

Durante o seu mandato foi confrontada com duas tragédias à escala mundial: o genocídio do Ruanda em 1994, seguido de uma catástrofe humanitária nos campos de refugiados de Goma, na cidade de fronteira entre o Ruanda e o antigo Zaire.

Em Goma morreram cerca de 2 mil pessoas por dia.

A senhora Ogata escreveu, mais tarde, um livro de memórias onde diz que primeiro chegaram as equipas de televisão e só depois a ajuda internacional. É esta a força da imagem e da televisão: mostrar a realidade sem filtros. É assim no mundo livre. Para que se saiba e para que se possa agir. É este o compromisso com a verdade.

GLÓRIA

A Glória tinha 20 anos de consumo de drogas duras. Consumia 10, 15, 20 vezes por dia. Mostrou-me os hematomas espalhados pelas várias partes do corpo. Numa fase avançada de consumo, as veias vão secando.

Voltarei ao tema da guerra mais adiante. Pelo meio ficaram dezenas de outras histórias.

Das muitas reportagens que fiz, houve uma que me emocionou especialmente, pela mulher, pela força que demonstrou ao longo das gravações, e pela vontade de superar a dependência da heroína.

Tinha lido uma pequena notícia de jornal dando conta de uma atriz que tinha sido afastada de uma novela da TVI porque se tinha descoberto que era consumidora de drogas duras. Nestes casos mais problemáticos, os argumentistas são obrigados a mudar o rumo da história e, se for necessário, eliminar personagens.

A Glória chegava tarde às gravações. Muitas vezes nem aparecia. Ausentava-se ao longo do dia vários períodos, o que obrigava a interromper as cenas. Os colegas interrogavam-se. Produtores, realizadores e equipa técnica, também. Até que um dia não foi possível esconder mais. A Glória não tinha condições para continuar a trabalhar.

Nessa altura, eu tinha na RTP um programa que se chamava Vidas Contadas. Eram histórias de vida, gravadas com duas câmaras. Ia para o terreno, trazíamos a história, seguia-se a edição e a apresentação. Era um trabalho muito solitário, mas foi a melhor solução que encontrei para substituir aquele espaço em grelha quando terminou, ao fim de cinco anos, o programa de análise semanal às segundas-feiras com o António Vitorino. Cheguei a fazer 18 reportagens. O programa terminou com a minha vinda para a TVI, em março de 2011.

Um certo dia, telefonei à Glória e fui direta ao assunto. Perguntei-lhe se estava disposta a contar-me a sua história de vida, o que implicava gravações nos locais de tráfico e consumo.

Naquela época, a Glória Férias estava a seguir um programa de recuperação com metadona. Combinámos que nos encontraríamos na sua casa, no Centro do Porto, e que antes ela passaria pelo centro de apoio a toxicodependentes. Aceitou beber a metadona com a câmara a gravar. Foi a sua vontade.

A Glória tinha 20 anos de consumo de drogas duras. Consumia 10, 15, 20 vezes por dia. Mostrou-me os hematomas espalhados pelas várias partes do corpo. Numa fase avançada de consumo, as veias vão secando.

A Viela dos Congregados era um dos seus locais de consumo. Estivemos lá. É uma rua estreita na Baixa portuense, por onde ninguém passa. Viam-se muitas caricas no chão, utilizadas para o caldo da heroína, e algodões.

De lá seguimos para o bairro da Sé. Optámos por um carro alugado e o meu colega repórter de imagem ia filmando o que podia, disfarçadamente. Nas ruas estreitas, estavam os *dealers* às portas das casas com os pacotes na mão. A Glória só dizia: «Se gravaste, gravaste; se não, vamos ser identificados.» Na Sé, são os chamados vigilantes que avisam os traficantes da chegada da Polícia ou de outro tipo de movimentação mais estranha.

A nossa paragem seguinte foi na Rua de Santa Catarina que no passado foi uma das mais movimentadas da cidade, pelo seu comércio pujante. A Glória contou que quando estava a fazer a novela, sem dinheiro, ia para a Rua de Santa Catarina, dizia que tinha perdido o comboio e pedia dinheiro. Algumas pessoas reconheciam-na e chegavam a dar-lhe 40 ou 50 euros para a suposta viagem, que mais não era do que o pretexto para combater a ressaca.

No nosso roteiro, passámos pelo Bairro do Aleixo, onde existe a famosa, por más razões, Torre 5. Um local que a Glória também frequentava.

Esta mulher tinha uma história intensa para contar. Depois de ter passado por várias companhias, como a Seiva Trupe, veio para Lisboa, onde acabou no Casal Ventoso durante um ano e meio.

Pelo caminho ficaram várias tentativas de recuperação. Era natural do Alentejo e decidiu, num dado momento, regressar à sua terra, São Pedro do Corval, mas, mais uma vez, caiu na droga.

Do Alentejo seguiu para Braga, onde trabalhou, mantendo o vício.

Interrogava-me como era possível a vida desta mulher, com uma carreira de 20 anos no teatro. Esteve no Teatro Camões, passou pela Seiva Trupe, interpretou o papel de Ana Plácido n'*O Processo de Camilo*, de Herlander Peyroteo, participou n'*O Crime do Padre Amaro*, entre muitas outras produções de teatro e de cinema que ela ia narrando.

Decidimos em conjunto que a reportagem iria terminar junto ao mar, e com uma mensagem: «Ser atriz é a única coisa que sei fazer. A vida ganharia outro sentido se estivesse a trabalhar.»

Despedimo-nos na Foz do Douro. Nunca mais ouvi falar dela.

A GUERRA DA BÓSNIA

Entre 11 e 25 de julho de 1995 ocorreu o massacre de Srebrenica. Foram mortos mais de 8 mil bósnios muçulmanos pelo exército bósnio da Sérvia, sob o comando do general Ratko Mladic.

Mostrei disponibilidade para partir.

Em 1995, no apogeu do conflito dos Balcãs, aconteceu o massacre de Srebrenica, a cerca de 100 quilómetros de Sarajevo, a capital da Bósnia. Foram assassinadas milhares de pessoas. Os generais sérvios foram julgados no tribunal de Haia. A NATO bombardeou as posições sérvias e a guerra acabou com a assinatura dos Acordos de Dayton em novembro de 1995. O ex-presidente Bill Clinton escreveu na sua autobiografia que só teve consciência da dimensão da guerra no coração da Europa depois de ver as reportagens da CNN.

Fui enviada especial para cobrir este acontecimento. Os diretos eram feitos no telhado do hotel. Ao terceiro dia, estava a Fátima Campos Ferreira a apresentar o Telejornal e eu em direto da cidade de Tuzla quando se dá uma explosão. Foi um momento de grande susto. Recordo que comecei a narrar o que se estava a passar – as sirenes da cidade tinham disparado e ao longe viam-se grandes nuvens de fumo – e lembro-me de ouvir, pelo auricular, a voz da Fátima, dizendo-me: «Judite, baixa-te, baixa-te...» É claro que não me baixei. O direto continuou u.

Uma guerra no coração da Europa: sérvios, croatas e bósnios. Uma guerra que durou quatro longos anos sem que a comunidade internacional – União Europeia e EUA – conseguisse pôr termo a um conflito que se arrastou em diferentes fases.

Todos os dias, a guerra na Bósnia abria os telejornais. Foi na guerra da Bósnia que a jornalista da CNN Christiane Amanpour firmou os seus créditos como enviada especial, instalando-se com a sua equipa no Hotel Hilton em Sarajevo, a cidade-mártir.

Entre 11 e 25 de julho de 1995 ocorreu o massacre de Srebrenica. Foram mortos mais de 8 mil bósnios muçulmanos pelo exército bósnio da Sérvia, sob o comando do general Ratko Mladic.

Mostrei disponibilidade para partir. A cidade de onde estava a ser feita a cobertura dos acontecimentos, e estavam instalados os *media* internacionais, era Tuzla, situada a cerca de 100 quilómetros de Srebrenica, a terceira maior cidade da então República da Bósnia-Herzegovina.

Srebrenica foi o maior assassinato em massa da Europa desde a Segunda Guerra Mundial. Um genocídio. As tropas sérvias tinham invadido a localidade, a população local procurou apoio num complexo da ONU e, mais uma vez como em tantos outros cenários, as Nações Unidas não estiveram à altura das responsabilidades. Sem obterem reforços, cederam às pressões de Mladic e forçaram milhares de famílias muçulmanas a deixar o local.

Com o caminho livre, os invasores sérvios decidiram-se pela execução. Os muçulmanos foram organizados por género e os corpos foram enterrados em valas comuns; outros foram enterrados vivos; crianças foram mortas diante das mães, um avô foi obrigado a comer o fígado do próprio neto.

Esta barbárie ficou provada, anos mais tarde, em Haia, pelo Tribunal Penal Internacional para os crimes na antiga Jugoslávia.

A minha questão era: como chegar a Tuzla? A Bósnia é um território montanhoso, as tropas inimigas estavam entrincheiradas na montanha, o terreno minado. Registavam-se ataques e explosões a todo o momento.

De Lisboa segui com o meu repórter de imagem para Split, com uma passagem por Zagreb, onde funcionava o quartel-general das Nações Unidas para a Croácia e onde eram emitidos os passes de circulação para a imprensa.

Em Split, no hotel onde iríamos pernoitar, cruzámo-nos com várias equipas de televisão estrangeiras. Estavam rodeadas por guias que se ofereciam como motoristas e tradutores. Percebia-se que muitos deles não estavam preparados para fazerem um percurso de 300 quilómetros até Tuzla em condições mínimas de segurança.

Para as grandes cadeias internacionais, estes problemas tinham solução. Dispunham de milhares de dólares para poderem alugar carros de grande cilindrada com vidros à prova de bala. Em conversa, perguntei ao produtor da NBC americana se nos dava boleia. De início mostrou-se renitente, mas tanto insisti que lá conseguimos dois lugares apertadinhos no jipe dos americanos.

Chegada ao hotel, com os quartos reservados pela Eurovisão, sentei-me com o Pedro (repórter de

imagem), observando quem chegava e tentando encontrar um guia local. A dada altura, vi no *hall* de entrada um homem que eu conhecera um ano antes, no Zaire, em Goma. Tinha a certeza que era o Anthony Brooks, o operador de câmara que fazia os meus diretos para Lisboa.

O Brooki, como era tratado pelos colegas, era *freelancer* e trabalhava para uma produtora de televisão – a Newsforce – com sede em Nicósia, no Chipre. Era neozelandês, natural de Auckland, e raramente via a família.

Dirigi-me a ele, por via das dúvidas, e perguntei: «*Where have you been all this time?*» [Onde estiveste todo este tempo?]

Foi também aqui que me voltei a encontrar com Christiane Amanpour. Ainda conversámos, longamente, sobre as nossas experiências.

O PASSAPORTE

«André, traz-me já o passaporte à RTP.» Nessa mesma tarde, o pedido de visto deu entrada na Embaixada do Paquistão, em Lisboa. Horas depois estava a caminho de Islamabad.

Faltavam poucos minutos para as 14 horas daquela terça-feira, dia 11 de setembro de 2001. No meu gabinete do segundo andar do edifício da RTP, na Avenida 5 de Outubro, os editores debatiam os conteúdos do Telejornal das 20 horas. A principal preocupação era com a abertura do jornal. Sabemos que os primeiros três minutos são essenciais para fixar a atenção dos espectadores.

Naquela terça-feira nada de extraordinário estava a acontecer no país e no Mundo. Para os jornalistas, dias em que não se sente o pulsar dos acontecimentos, o fervilhar da notícia, não são dias.

Os incêndios tinham aberto o Jornal da Tarde, mas era previsível que às 20 horas os bombeiros já tivessem dominado as chamas e, talvez, iniciado a fase de rescaldo.

No gabinete onde estávamos reunidos, dois televisores estavam sintonizados nos jornais da hora de almoço dos três canais. O som estava baixo. Íamos acompanhando enquanto as nossas conversas, sempre estridentes, abafavam as vozes dos apresentadores e dos comentários sobre imagens.

A dada altura, alguém fixou o olhar nos televisores. Reagimos em conjunto com estupefação. Calámo-nos subitamente, levantámo-nos e ficámos colados aos ecrãs. Observámos as imagens daquele que julgávamos estar a ser um terrível acidente aéreo nos céus de Manhattan, em Nova Iorque. Eram 13 horas e 57 minutos. As imagens estavam a ser difundida s em direto para todo o Mundo. No caso das televisões portuguesas, o sinal utilizado era o da CNN.

Dezoito minutos depois, aconteceu algo ainda mais inimaginável e aterrador: um segundo avião chocava contra a outra torre gémea do World Trade Center. Nesse preciso momento, já os *media* internacionais noticiavam que o mundo estava perante um atentado terrorista. Aviões civis estavam a ser utilizados contra alvos civis.

O gigante americano, a única superpotência neste início de século, estava a ser esmagado por bombas humanas em atentados *kamikaze* que nunca ninguém acreditou alguma vez serem possíveis.

A América, que tinha o controlo dos mares e dos cinco continentes, dispondo de poderosos porta-aviões, com a mais completa e sofisticada rede de espionagem e satélites, detentora de todos os dispositivos para reagir e se defender contra a ameaça nuclear, as armas químicas, biológicas, estava, afinal, vulnerável a um inimigo sem rosto.

Era a primeira vez que milhões de pessoas em todo o Mundo estavam a assistir a uma ação terrorista em direto.

À medida que os minutos iam passando, os atentados começavam a ser atribuídos à Al-Qaeda de Osama bin Laden, cuja base era no Afeganistão.

O Governo americano, na altura presidido por George Bush filho, comunicava ao mundo que a América iria reagir e destruir o inimigo.

Precisávamos imediatamente de fazer deslocar equipas de reportagem para Nova Iorque e para o Paquistão, de onde, certamente, seria lançado o ataque norte-americano contra o vizinho Afeganistão.

Ponderada a decisão, ficou assente que iríamos dois repórteres para o Paquistão: eu e o Paulo Dentinho.

O primeiro passo era obter o visto na embaixada em Lisboa, o que levaria, pelo menos, 24 horas. Liguei para o meu filho e disse-lhe: «André, traz-me já o passaporte à RTP.» Nessa mesma tarde, o pedido de visto deu entrada na Embaixada do Paquistão, em Lisboa. Horas depois, estava a caminho de Islamabad.

Chegados lá, eu e o Paulo Dentinho decidiríamos o que fazer e onde nos deveríamos posicionar no terreno.

No avião da PIA – Pakistan Airlines viajava também a equipa da SIC, liderada pelo Paulo Camacho. Nestas ocasiões, avaliamos sempre a força da concorrência, embora, neste caso, sentíssemos que estávamos em vantagem, porque éramos dois repórteres.

Aterrámos em Islamabad 12 horas depois. Instalámo-nos no hotel que nos tinham reservado, mas rapidamente percebemos que a imprensa estrangeira tinha ocupado o melhor hotel da cidade, o Marriott. Era no telhado do hotel, com uma vista assombrosa sobre a cidade, que os enviados especiais relatavam as notícias que a imprensa paquistanesa e as fontes governamentais iam adiantando sobre os atentados,

as ligações do Paquistão ao Afeganistão, o paradeiro de Bin Laden e as movimentações militares aéreas, navais e terrestres que estariam a ser preparadas pelos Estados Unidos.

Sabíamos que pisávamos terreno hostil. O Paquistão era um reduto dos talibãs radicais, com as *madrassas* – escolas de ensino do Islão –, os seus centros de treino e a proximidade étnica e tribal com os vizinhos afegãos.

Era a minha segunda viagem ao Paquistão. Tinha lá estado, em 1995, também como enviada especial, integrando a comitiva de Mário Soares. Chegámos a gravar alguns minutos do encontro de Mário Soares com Benazir Bhutto, que viria a ser assassinada no dia 27 de dezembro de 2007.

Foi no Hotel Marriott, portanto, que eu e o Paulo fixámos a nossa base logística. O Paulo ocupava-se das reportagens; eu fazia os diretos. Aguardávamos, entretanto, a chegada de um segundo repórter de imagem para nos podermos movimentar no país.

Dias depois, já com o nosso quarto elemento, decidimos que o Paulo iria para o Norte, para Peshawar, uma cidade dominada religiosamente pelos clérigos mais radicais e local de sucessivos atentados.

Eu iria para o Sul, para a fronteira com o Afeganistão, para a cidade de Quetta, que ficava a poucos quilómetros da segunda cidade afegã, Kandahar, e reduto dos talibãs.

As fronteiras estavam fechadas. Todos os dias, o mesmo esforço: dirigíamo-nos ao edifício do Ministério do Interior, pedíamos autorização para passar a fronteira, e a resposta era invariavelmente não.

Naqueles dias, muitos milhares de afegãos deixaram o país, procurando refúgio em Quetta, onde se sentiam mais seguros e onde em muito pouco tempo começaram a surgir como cogumelos campos de refugiados numa terra seca e hostil.

Um mês depois, o Afeganistão foi bombardeado. Começava a guerra contra o terrorismo.

O Hotel Marriott de Islamabad, onde tantos diretos fiz para os noticiários da RTP, já não existe. Foi alvo de um atentado em que morreram 40 pessoas, a 20 de setembro de 2008.

VAMOS PARA MADRID!

«Zezinha, marca a viagem já. Vamos para Madrid. Temos que lá estar às 13 horas. Houve um atentado terrorista.»

Na manhã do dia 11 de março de 2004 acordei estremunhada com a notícia de uma tragédia em Espanha. Não era para menos. Nessa madrugada, deviam ser umas cinco da manhã, tinha regressado de Nassíria, no Iraque, onde estava instalado o contingente português. A viagem tinha sido terrível, 16 horas a bordo do C-130 da Força Aérea Portuguesa e uma paragem em Creta para reabastecimento.

Nos C-130 não há cadeiras do tipo dos aviões comerciais. Em vez disso existem bancos corridos onde todos se sentam, juntinhos, sem sequer poder encostar a cabeça ao vizinho do lado, não vá levarmos um encontrão. Dormir numa viagem destas é impossível. Jurei na altura que nunca mais na minha vida iria fazer uma viagem tão longa num C-130, apesar de nada ter a dizer da tripulação, muito simpática.

Em casa liguei o rádio e escutei as primeiras notícias: um atentado na Estação de Atocha, em Madrid, tinha provocado dezenas de mortos e feridos. Foram, saberíamos mais tarde, 200 as vítimas mortais, mas àquela hora as informações eram ainda escassas. Especulava-se sobre a origem do ataque. Os primeiros dados apontavam para a ETA.

De imediato, telefonei para a Maria José Nunes, então diretora de produção na RTP, e disse-lhe: «Zezinha, marca a viagem já. Vamos para Madrid. Temos que lá estar às 13 horas. Houve um atentado terrorista.»

A equipa que seguiu de Lisboa juntou-se ao correspondente da RTP em Madrid, que na altura era o Cesário Borga. O ambiente era de profunda comoção. Medo. Estavam ainda muito presentes em Espanha e no resto do Mundo as ondas de choque causadas pelos atentados de 11 de setembro de 2001, em Nova Iorque. Por coincidência, ou não, três anos depois, também num dia 11, o terror atingia o coração de Espanha.

As horas iam correndo e as declarações do Governo indicavam a responsabilidade da organização terrorista basca. Era a tese oficial. Nas reportagens e nos diretos, todos dávamos conta desta informação: o atentado tinha sido provocado pela ETA.

O país estava em choque e em convulsão política. Dali por três dias, no domingo, 14, realizavam-se eleições gerais e o PP, o partido no poder, liderado por José María Aznar, estava a uma pequena distância nas sondagens do PSOE – Partido Socialista Operário Espanhol, dirigido por José Luis Zapatero. A ETA era o argumento político mais utilizado na campanha eleitoral, com o Governo a defender medidas mais duras e a acusar a oposição socialista de políticas brandas em relação à ETA.

As horas seguintes continuaram a ser dramáticas e confusas. Sexta-feira, dia 12, a responsabilidade da ETA surgia confirmada na manchete do principal diário espanhol, o *El País*. Semanas mais tarde, os responsáveis editoriais justificariam o erro, confessando-se enganados pelas fontes governamentais que tinham validado.

Nessa mesma tarde, mais de 100 mil pessoas desfilaram pelas principais ruas de Madrid em solidariedade com as vítimas e em protesto contra a ETA. Estive mais de quatro horas em cima de um camião de caixa aberta a narrar o que via, o que se dizia, o que se especulava. Lisboa tinha decidido que não podíamos deixar de estar em direto perante a dimensão da manifestação, e esse era também o entendimento da equipa que estava em Madrid.

Ainda naquela tarde, a dúvida começou a instalar-se. Correu a informação em alguns *media* internacionais de que, afinal, a autoria do atentado não tinha sido da ETA, mas de comandos islâmicos com ligações a células da Al-Qaeda no Norte de África, em Marrocos. A confirmar-se, estaríamos perante algo muito grave. Significava que o Governo espanhol estava na posse de provas que indicavam como responsáveis terroristas islâmicos, mas não divulgava essa informação com fins eleitorais, fazendo crer à opinião pública que a autoria dos atentados era da ETA.

Sábado, dia 13, a rádio mais influente em Espanha, a Cadena Ser, da Prisa, iniciou as suas emissões logo de manhã com as notícias que vinham do exterior e com o silêncio das autoridades espanholas.

Ainda nessa tarde, via SMS, um movimento espontâneo começou a fazer circular a informação de que era necessário exigir explicações cabais ao Governo. Montámos as nossas equipas em frente à sede do PP, na Calle de Génova. Voltávamos aos diretos rodeados por milhares de manifestantes que exigiam a verdade.

Cerca das 20 horas, o Governo, através do ministro do Interior, dirigiu-se aos manifestantes e reconheceu que as primeiras conclusões à investigação do atentado apontavam para o terrorismo islâmico e não para a ETA.

Permanecemos até domingo. A taxa de participação no ato eleitoral foi muito elevada.

Os espanhóis votaram. O PSOE venceu as eleições. Não era impossível adiar a verdade. Tal como hoje.

A Noite

A menos de uma hora de transporte, ergue-se aquele que começou por ser o complexo industrial de Auschwitz. Visitar aquele lugar é arrepiante: a fachada, as celas, os cabelos dos prisioneiros, os bens que lhes pertenciam, as roupas, os dentes e, ainda mais cruel, as latrinas e, uns metros adiante, as câmaras de gás, onde entre 1943 e 1945 Hitler decidiu que era ali que estava a «solução final».

O Hotel Kempinski está localizado a poucos metros das Portas de Brandemburgo. Está a meio caminho entre a Avenida Unter den Linden e o Parque Tiegarten.

Nos arquivos da História, Berlim foi desde sempre uma cidade cercada por muros, pensada como uma fortaleza, e o Portão de Brandemburgo era um dos que permitiam a entrada na cidade.

Em 1961, o portão foi fechado com a construção do Muro de Berlim. E assim permaneceu até à queda do muro, em novembro de 1989. Hoje é o símbolo da unificação da Alemanha.

Berlim é uma cidade marcada pelos acontecimentos mais trágicos do século XX, soviética do ponto de vista arquitetónico e onde todos os locais nos transportam para os anos da guerra, mas também da libertação.

De Berlim a Cracóvia, a segunda maior cidade polaca, é cerca de uma hora de avião.

A viagem faz-se com ansiedade, aproximam-se as marcas da barbárie.

Cracóvia é uma cidade universitária com muitas igrejas e uma forte influência barroca. É um local acolhedor onde o viajante se sente bem, muito diferente da austera Varsóvia, onde só o nascimento de Chopin e os monumentos e jardins que o homenageiam contrariam a sensação que paira da Guerra Fria.

A menos de uma hora de transporte, ergue-se aquele que começou por ser o complexo industrial de Auschwitz. Visitar aquele lugar é arrepiante: a fachada, as celas, os cabelos dos prisioneiros, os bens que lhes pertenciam, as roupas, os dentes e, ainda mais cruel, as latrinas e, uns metros adiante, as câmaras de gás, onde entre 1943 e 1945 Hitler decidiu que era ali que estava a «solução final».

A cerca de 1 quilómetro de Auschwitz ergue-se o complexo de Birkenau, com a sua linha-férrea, intacta, e a carruagem, das muitas que transportavam judeus e prisioneiros de guerra para a morte.

Elie Wiesel entrou em Auschwitz com 15 anos. Toda a sua família, pais e irmãos, morreram no campo da morte. Ele sobreviveu, até à sua morte no dia 2 de julho de 2016, em Nova Iorque. E sobreviveu para nos deixar 40 livros, sendo o mais impressionante de todos *A Noite*. Um livro que questiona a vida, o horror, a crença e a fé, a luta pela sobrevivência, e que mais me marcou até hoje.

UM OLHAR PODE DIZER TUDO

O olhar, para mim, é o palco de todas as emoções. Devemos desfrutá-lo com toda a sua intensidade e eficácia.

O ecrã do computador tem uma função semelhante à da varanda de Julieta. Simplesmente, proporciona-nos o contacto com mais do que uma pessoa, enquanto que Julieta só tinha acesso ao seu amado Romeu.

A facilidade da comunicação, através da Internet, permite criar laços, estabelecer diálogos, trocar ideias que de outra forma não seriam possíveis.

Na era da comunicação, quantos de nós comunicam verdadeiramente com os que nos são mais próximos? Seja qual for o tipo de relação, a comunicação é a melhor prática de proximidade e de cumplicidade. É a comunicação o principal elemento de uma relação saudável, tanto a nível pessoal como profissional.

Um dos meus filmes preferidos é o *Lost in Translation*, com tradução em português para *O Amor É um Lugar Estranho*, realizado em 2003 por Sofia Coppola e com Bill Murray e Scarlett Johansson como os principais intérpretes.

Sou suspeita. Gosto dos atores. Tenho uma ligação muito forte ao Oriente e conheço Tóquio, a cidade onde se desenvolve a história incomum: perdidos nas suas ilhas de emoções desconhecidas, um homem e uma mulher aproximam-se em busca do amor, através do poder da palavra e de olhares cúmplices.

Um olhar pode dizer tudo, mesmo em silêncio. Um olhar silencioso diz tudo o que as palavras não ousam exprimir. Através do olhar conseguimos enviar mensagens diferentes. Quando queremos transmitir algo muito importante, dizemos: «Olha bem para mim.»

O olhar, para mim, é o palco de todas as emoções. Devemos desfrutá-lo com toda a sua intensidade e eficácia.

Recordemo-nos da famosa capa da *National Geographic* de 1985 com uma menina afegã com um olhar verde como o mar, inflamado de profundidade, que nos observa incisivamente e que deu origem a uma expedição 20 anos mais tarde para descobrir quem era a menina, feita mulher, e onde se encontrava.

Esse olhar não só fascinou o mundo inteiro como deu a conhecer a tragédia de um país devastado pela guerra.

Trabalho há muitos anos com o olhar. Sentados à minha frente, a uma curta distância, estabelece-se uma proximidade com o interlocutor que só não é íntima porque se constrói de perguntas e respostas sobre tudo aquilo que é notícia ou que possa ter interesse público.

Quando olho os meus entrevistados, penso na informação que deles vou retirar e procuro captar através dos olhos a notícia, a hesitação, a dificuldade na resposta ou a prontidão da mesma.

Quando se diz «os olhos não mentem», é mesmo assim. Não podemos iludir a verdade se os olhos nos traírem, os nossos e os dos outros.

Todos nós já sentimos a força e a intensidade de um olhar, nem que tal tenha acontecido uma única vez nas nossas vidas.

A RETÓRICA DOS AFETOS

Marcelo não era uma novidade na arte de perguntar sem entrevistar, mas era desafiante pelo seu longo percurso como comentador e pelo seu ímpar carisma televisivo.

As palavras que utilizamos mostram muito daquilo que somos. Hoje em dia, ouvimos falar em alfabetização emocional, ou seja, a capacidade de darmos nomes àquilo que sentimos. Há pessoas que não sabem comunicar os seus sentimentos.

E, no entanto, a palavra é poderosa. O escritor Rudyard Kipling dizia que as palavras são a droga mais potente que a Humanidade utiliza.

Podem ser uma droga e um bálsamo – alimentam ódios e vinganças, vícios e pecados, mas também apaziguam e confortam. A alfabetização emocional é atualmente entendida no sentido pedagógico, de acompanhamento emocional e psicológico das crianças através de mediadores entre a escola, a psicologia e a família.

Assim como a alfabetização escolar trata do desenvolvimento de capacidades cognitivas como ler, escrever e compreender, a alfabetização emocional ocupa-se da aprendizagem e do desenvolvimento da comunicação e da compreensão das emoções (individuais e em grupo). Pode mesmo dizer-se que ser emocionalmente alfabetizado é aprender o alfabeto, a gramática e o vocabulário do turbilhão de emoções que atravessa as nossas vidas a vários níveis desde muito cedo.

A alfabetização emocional está ligada à inteligência emocional – a capacidade de separar emoções e traduzir sentimentos de modo a prevenir angústias e fomentar a autoestima.

Li em tempos que a alfabetização emocional significa praticamente o mesmo que a retórica dos afetos.

Na Antiguidade, a retórica e a oratória eram disciplinas rigorosas onde se explorava a arte de bem discursar e de persuadir. A retórica dos afetos será a arte de bem falar aos que nos são próximos.

Fiz parte do milhão e 600 mil espectadores que, em média, viam todos os domingos Marcelo no Jornal das 8 da TVI.

Fiz parte do milhão e 200 mil espectadores que, em média, viram a primeira entrevista do presidente Marcelo Rebelo de Sousa, ao fim do primeiro ano de mandato.

Profissionalmente, fui opção quando o Júlio Magalhães deixou Lisboa para seguir com a sua vida no Porto e havia que encontrar um jornalista que interagisse com Marcelo.

Essa decisão não foi tomada por mim, mas recebi-a com todo o entusiasmo e uma forte expectativa.

Já antes, ainda na RTP, tinha feito um programa similar tendo à minha frente, todas as segundas-feiras, durante cinco anos, uma mente brilhante chamada António Vitorino.

Marcelo não era uma novidade na arte de perguntar sem entrevistar, mas era desafiante pelo seu longo percurso como comentador e pelo seu ímpar carisma televisivo. Como jornalista, interessava-me o conteúdo noticioso dos comentários. Como estudiosa do fenómeno dos *media*, a minha curiosidade focava-se na capacidade de comunicação política televisiva.

Foram anos de aprendizagem, de conhecimento.

Marcelo Rebelo de Sousa tem o dom de controlar o processo comunicativo. Como comentador, era ele que antecipava o «jogo». Como entrevistado, as regras são definidas pelos jornalistas.

O presidente é melhor do que o entrevistado. Marcelo não precisa de mediação. Nos afetos não é necessário que alguém se coloque pelo meio. É um momento de entrega. Não se produzem afetos. Existem ou não existem. São falsos ou verdadeiros. É só.

O presidente-comentador transmite-os todos os dias.

Se insisto neste ponto, é porque ele é a verdadeira marca que assinala os dois primeiros anos da liderança de Marcelo Rebelo de Sousa e que o distingue dos seus antecessores: a afetividade. O resto está para ver, mas será sempre neste instante um puro exercício de adivinhação.

O FRACASSO POTENCIA A SOLIDÃO

Se o êxito trouxesse felicidade, Marilyn Monroe não se teria suicidado. Aprendi a lidar com a crítica, mas não com o fracasso.

Falar hoje em dia em ansiedade, exigência e pressão profissional implica refletir sobre o conceito de autoestima. E a pergunta é: como nos vemos a nós próprios?

Na cultura ocidental, para um indivíduo obter autoestima - reconheço que o tema é polémico - é necessário que se sinta especial e acima da média, ou seja, num patamar superior ao da normalidade.

Existe uma dinâmica social com uma ininterrupta exigência para sermos os melhores, mas que ao mesmo tempo nos obriga a sentirmo-nos bem connosco próprios. Muitas vezes, esta dualidade cria um conflito difícil de resolver.

O fracasso não é permitido.

Num plano pessoal, Marilyn Monroe disse-o claramente: «Sou um fracasso como mulher. Os homens têm imensas expectativas em relação a mim por causa da imagem que fizeram de mim - e que eu fiz de mim própria - enquanto uma *sex symbol*. Estão à espera que os sinos toquem e que os apitos soem, mas a minha anatomia é semelhante à de qualquer outra mulher, e eu não consigo corresponder a essa imagem.»

A autoestima leva-nos a pensar na autocritica. Será que a nossa motivação fica enfraquecida? Dizem os especialistas que quando nos criticamos estamos a levar para o nosso organismo adrenalina e cortisol e que isso irá possibilitar-nos, de acordo com o nosso sistema de autodefesa, modos de responder ativamente a essa crítica.

É certo que a autocritica dura, agressiva e incisiva far-nos-á trabalhar e corrigir as falhas a curto prazo, mas a uma distância maior há o risco de nos fazer sentir deprimidos e num constante estado de fracasso, dando espaço à desistência.

Se o êxito trouxesse felicidade, Marilyn Monroe não se teria suicidado. Aprendi a lidar com a crítica, mas não com o fracasso. Sempre li tudo o que se escreve sobre mim, bom e mau, mas gostava tanto do meu trabalho que me protegi emocionalmente e criei músculo para resistir. Até hoje.

A BUSCA DA IDENTIDADE

Levei muito tempo a perceber que o amor resiste à dor, ao infortúnio e à morte.

O mundo da psiquiatria sempre me fascinou. Sempre que entrevistei o António Lobo Antunes, nunca consegui focar-me apenas nos seus livros acabados de publicar, mas no seu mundo interior que está plasmado na sua obra, assim como o seu passado de médico psiquiatra no Hospital Miguel Bombarda, em Lisboa.

Quem somos? O que queremos? Como nos vemos a nós próprios? E os outros? O que pensam de nós? A busca da identidade foi sempre um problema. Reconheço que as circunstâncias em que nascemos e as vivências que marcam os primeiros anos da nossa vida deixam marcas irreparáveis que podem acompanhar-nos pela vida fora. As feridas psicológicas são as mais difíceis de curar.

Nunca entrei em caminhos perigosos, embora as drogas tenham passado ao meu lado, como de resto aconteceu com muitas pessoas da minha geração. Teria sido fácil, naquele percurso de vida sem referências familiares estáveis, ter caído em tentação. Algumas vezes podia ter cruzado a fronteira desses limites que nos colocam muito perto do perigo, mas a força interior que existia em mim deu-me a lucidez e o conhecimento que me permitiram enfrentar os riscos da adolescência.

Sempre vivi no meu «mundo» ou no meu «jardim das dúvidas», recuperando o título de um livro de um dos meus autores preferidos, o filósofo basco Fernando Savater.

Um dia, com 13 anos, às 15 horas em ponto, estava sentada num sofá de pele castanho, já gasto pelo uso, num gabinete que não teria mais do que 20 metros quadrados. As paredes eram escuras. Existiam alguns quadros espalhados pelas paredes e os certificados que os médicos colocam para ilustrarem os seus passos académicos. Uma secretária de carvalho estava colocada numa das extremidades da sala. O ambiente era austero.

A assistente, secamente, informou-me: «O doutor não tarda a chegar.» Os minutos passavam, o coração apertado, a boca seca, incapaz de pensar sobre o sentido daquele encontro que, alegadamente, iria ajudar-me a resolver as sombras que transportava comigo. Senti vontade de fugir. Achava que não iria ser capaz de falar sobre mim própria. É tão difícil abrimos o coração! E, no entanto, é isso que os psiquiatras esperam dos pacientes, que falemos.

Esperei.

Desde muito nova comecei a forjar dentro de mim um sentimento de ausência que ao nível da relação com os outros se traduzia numa menorização de mim própria e numa baixa autoestima que só anos mais tarde vim a compensar com a minha atividade profissional. Compensar, mas não resolver.

Sempre fui profissionalmente combativa e essa força ajudou-me a ultrapassar momentos de exposição pública muito difíceis.

Aquele homem era estranho. Não consegui olhar para ele, nem como médico nem como confessor. Penso muitas vezes que os psiquiatras são uma espécie de padres a quem abrimos a alma, à procura de palavras de conforto que nos apaziguem as dores mais profundas.

Sempre pensei que a psiquiatria era o ramo da medicina mais interessante. Ajudar os outros naquilo que temos de mais íntimo é um desafio que só consigo comparar ao dos filósofos que, com a sua sabedoria, procuraram respostas para as origens do Universo, da vida, dos comportamentos humanos, de todos aqueles que ao longo dos séculos se interrogaram e, ao interrogarem-se, confrontaram-nos com os mistérios que povoam a nossa existência.

Anos mais tarde, voltei a precisar de ajuda. Mas não a procurei. Sentia que sozinha conseguiria ultrapassar os meus dilemas, definir um rumo e seguir em frente, cortando com o passado e iniciando uma nova vida.

Arrependo-me de não o ter feito. Talvez tudo tivesse sido diferente.

Gostava da tua vontade. Da tua inocência. Do teu talento. Gostava de ti mas não sabia gostar de ti, gostando de mim.

Sei que nunca fomos capazes de comunicar o que sentíamos um pelo outro. Falhámos. Falhei. Não conseguíamos olhar um para o outro e sentir. Tão próximos e tão distantes.

Um dia esperaste por mim no quarto do hotel onde eu me hospedava. Tive o pressentimento de que algo de importante tinha acontecido na minha ausência. Tu tinhas estado lá e deixado uma rosa vermelha em cima da cama. Mas eu estava ausente. Partiste. Desististe. Levei muito tempo a perceber que o amor

resiste à dor, ao infortúnio e à morte.

À medida que vamos rasgando os dias do calendário e o tempo passa, vamos dando mais valor ao que já tivemos e que não mais podemos recuperar. É como se se abrisse uma janela que permite ver o passado, inatingível, com os olhos do presente.

«**M**ORREMOS PORQUE NASCEMOS»

Quem sobrevive espera que a morte o venha resgatar da perda de sentido.

A morte é um naufrágio. Podemos sobreviver ao desaparecimento de quem mais amamos, mas nunca mais seremos as mesmas pessoas.

O céu deixa de ser azul. As estrelas deixam de cintilar. Tudo é negro. Num segundo, todos os sonhos, todos os projetos são arrastados por uma corrente de negação e de desespero.

Por quê?

É a interrogação que nos acompanha desde que acordamos até que o sono se volte a apoderar do corpo enfraquecido pela dor.

Quem sobrevive espera que a morte o venha resgatar da perda de sentido.

Um oncologista do Porto disse-me há muitos anos: «Morremos porque nascemos.» A explicação da ciência.

Das minhas conversas com o padre Tolentino de Mendonça, nunca esquecerei estas palavras: «A pergunta não é por que morremos, mas por que é que vivemos. Viemos para estarmos com os outros para que eles guardassem algo de nós.»

De ti, querida Cristiana, guardo o teu sorriso com que me olhaste quando me viste. Semanas antes, tinham-me dito que tinhas um sonho: gostavas de me conhecer pessoalmente, adorarias vir à TVI, observar o movimento de uma redação e fazer-me uma entrevista.

Sabes, Cristiana, ao longo de uma carreira longa, já perdi a conta ao número de entrevistas que dei. Algumas foram mais especiais do que outras. Estiveram condicionadas pelo momento, pelas circunstâncias da minha vida pessoal e profissional. Acredita, no entanto, que a tua entrevista foi uma das que mais me marcaram. Estudaste o meu percurso, sabias tudo a meu respeito – o meu lado público – e antecipavas o que eu poderia estar a sentir na altura em que nos conhecemos. Ambas vivíamos fases difíceis: tu enfrentavas um cancro; eu sangrava com a morte do meu filho. Feridas irreparáveis.

Lembro-me que os teus pais, timidamente, te acompanharam nesta visita-surpresa a Lisboa. Uma amiga minha criou as condições para que o alojamento e a alimentação fossem do teu agrado e do dos teus pais. E a verdade é que tudo correu pelo melhor.

Recebi-te na minha empresa com prazer. Estava feliz por saber que estava com o meu trabalho a contribuir para te proporcionar umas horas diferentes das tuas rotinas e realizar uma das tuas alegrias: conhecer uma jornalista de televisão, cujo percurso tinha chamado a tua atenção de menina pequena, mas grande na inteligência e na sensibilidade.

Vou fazer-te uma confidência: quando o meu filho era pequeno, mais ou menos da tua idade, eu dizia-lhe para ele estudar para ser «grande». E foi, nos seus 29 anos de vida. Tu também foste «grande» enquanto por cá andaste. Foste uma boa aluna, aplicada, um orgulho para a tua família.

Não muito tempo depois do nosso encontro, soube que tinhas partido. Uma outra existência estava à tua espera, algo me diz que estás bem. Estás afastada dos males do mundo. Fico feliz por saber que estás em paz e que, a teu lado, muitos estarão contigo a acarinhar-te numa outra dimensão.

OS CASAMENTOS REAIS

As histórias da realeza são transversais, daí a importância que sempre lhes atribuí nas minhas opções editoriais.

Na construção de um alinhamento vencedor, numa lógica sequencial das notícias que integram um jornal televisivo, sempre dei importância às notícias que mais geram proximidade com o público. Sinto uma intuição para as matérias que vão surpreender e fixar a atenção dos espectadores ao ecrã. Não é por acaso que as vidas dos reis e dos príncipes suscitam tanto interesse. E não é uma questão de voyeurismo, conforme se possa pensar numa análise mais superficial. Por alguma razão Diana de Gales foi uma das mulheres que mais capas fizeram em todo o Mundo, desde o seu noivado com Carlos de Inglaterra, continuando mesmo depois da sua morte, há 20 anos em Paris.

O mesmo fenómeno, embora numa escala diferente, tem levado Letizia Ortiz para as manchetes da imprensa. E não é apenas da informação cor-de-rosa que se trata, mas também da chamada imprensa séria. O noivado de Felipe com uma jornalista, divorciada e neta de um taxista, fez semanalmente notícia em publicações de todo o Mundo. As pessoas gostam de acompanhar as monarquias. Há um glamour que é apreciado pelos espectadores, mas principalmente as histórias de vida que existem por trás de personalidades que, por força da sua condição, adquirem um forte mediatismo, despertando uma curiosidade nos leitores e nos públicos televisivos. As histórias da realeza são transversais, daí a importância que sempre lhes atribuí nas minhas opções editoriais. Significa isto que interessam a todos os públicos, de diferentes classes sociais, diferentes geografias, diferentes idades, distintos níveis de escolaridade. É o chamado «grande público», para usar uma expressão que deu nome, há muitos anos, a um livro de um sociólogo francês, Dominique Wolton.

O casamento de Guilherme de Inglaterra com Kate Middleton, no dia 9 de abril de 2011, foi um acontecimento de proporções mundiais. Foi visto, pela televisão, por 2,5 biliões de pessoas, quase metade da população mundial. É um número impressionante.

Prevendo tais resultados, foi decidido que a TVI iria investir na cobertura do casamento. Foi definido um plano que passava tanto pela informação como pelo entretenimento. Neste ponto, a vertente seria a crónica social que complementaria os dados informativos relacionados com a cerimónia, com a história dos príncipes, os locais escolhidos, os convidados e o enquadramento do casamento na história da Coroa britânica. Tínhamos muita matéria, do ponto de vista da imagem e da informação em si mesma. Decidimos avançar para Londres. A ideia seria formarmos uma equipa conjunta e dedicarmos ao casamento cerca de oito horas consecutivas de emissão.

Fiquei responsável pela coordenação editorial do casamento. Não era uma experiência nova. Já na RTP, em 2004, tinha coordenado o casamento de Felipe e Letizia. Foi um investimento grandioso. Personalizámos a emissão ao longo de todo o percurso, arrendámos espaços onde teríamos boas posições de câmara, enviámos vários repórteres e tínhamos um *plateau* de apresentação por onde passariam ao longo da manhã e da tarde vários convidados. Foi uma cobertura exaustiva, com um forte impacto em termos de audiência.

No casamento de Guilherme e Kate, o investimento financeiro era muito elevado. O valor que circulou foi de cerca de 100 mil euros – um tal investimento teria de resultar num sucesso de audiências para poder ser rentabilizado em termos de publicidade. Nenhum detalhe poderia ser deixado ao acaso. Sabíamos que a nossa concorrência iria dar uma atenção igualmente relevante ao evento. Era forçoso sermos os primeiros.

Nas duas semanas que antecederam o casamento, preparámos cerca de 20 peças que iriam ser emitidas nos vários jornais da estação, a começar desde logo no Jornal das 8. Através das reportagens, íamos contando a história dos príncipes e geríamos a expectativa para o grande dia.

Foi igualmente decidido que teríamos uma vasta equipa em Londres com repórteres para as histórias do dia e não um mas dois *plateaux* de apresentação: um no Palácio de Buckingham e outro na Abadia de Westminster. No essencial, a nossa aposta coincidia com a das grandes estações de televisão do Mundo, já que o Mundo, para todos os efeitos, estava em Londres naquele dia.

No Palácio de Buckingham estava eu e a Filipa Garnel, e na Abadia de Westminster o Júlio Magalhães e o Manuel Luís Goucha. Tínhamos feito o trabalho de casa. Aos jornalistas competia a narrativa informativa, e aos colegas apresentadores o enquadramento social, com toda a informação sobre a dimensão real do casamento.

Para além de termos deslocado para Londres um número significativo de pessoas, o que tornava a operação especialmente onerosa era as horas de satélite que tínhamos reservado com as agências internacionais. Tínhamos decidido que a emissão seria ininterrupta, o que tornava os custos muito elevados. Começámos às oito da manhã em direto dos dois locais no *Você na TV*, onde estava, em Lisboa, a Cristina Ferreira. Para além dos diretos, o Manuel Luís Goucha tinha preparado, nos dois dias que

antecederam o casamento, reportagens especiais para o programa da manhã, que assim ganhava uma individualidade própria.

O segredo estava no ritmo da emissão e em estarmos em direto dos dois locais para onde estavam voltadas todas as atenções.

Sabíamos que a partir das sete da manhã o trânsito estaria cortado nas principais ruas que davam acesso ao Palácio de Buckingham e à Abadia de Westminster. Estávamos obrigados a chegar com muito tempo de antecedência para ocuparmos as nossas posições de direto, fazermos os ensaios e esperarmos pelas oito da manhã, para o arranque da emissão.

Tudo seria perfeito, não fosse a circunstância de eu e a Felipa nos termos atrasado à chegada ao *plateau* principal. Quando nos estávamos a aproximar, já a estrada estava cortada, com dezenas de polícias e milhares de pessoas concentradas nas imediações para assistirem ao início das cerimónias com a saída de Guilherme e da restante família real. Foi um momento muito difícil porque, apesar de estarmos devidamente identificadas como jornalistas, os agentes não nos deixavam atravessar a rua. Estávamos incrédulas. Se não estivéssemos no local, não iríamos conseguir entrar em direto e toda a nossa emissão ficava comprometida. Suplicámos aos polícias, cheguei a dizer-lhes que se não nos deixassem passar iria ser despedida, chorei explicando a delicadeza da situação. Tememos o pior. Connosco, na mesma situação, estava uma equipa australiana. Depois de tanto pedir, suplicar mesmo, um polícia abriu um corredor por entre a multidão para podermos avançar. Respirámos de alívio. Mas foi um grande susto que serviu de aviso para ocasiões futuras.

TRUMP É... TRUMP

Foi uma campanha em que Trump disse que Hillary Clinton era corrupta, deveria ser presa e muito mais. Não faltaram os mais surpreendentes soundbites. E, no entanto, Trump venceu.

O humorista Jimmy Fallon despenteou Donald Trump num *show* televisivo e Trump alinhou espontaneamente na brincadeira. Na corrida para a Casa Branca, nos momentos de informalidade foi imbatível. Assim como nos insultos.

Foi uma campanha surreal, dura, agressiva, que desceu ao fundo do poço com a lembrança das infidelidades de Clinton e dos abusos sexuais de Trump.

Foi uma campanha em que Trump disse que Hillary Clinton era corrupta, deveria ser presa e muito mais. Não faltaram os mais surpreendentes *soundbites*. E, no entanto, Trump venceu.

Perdeu os debates televisivos, mas venceu.

Atacou os imigrantes e venceu.

Não foi *friendly* com os latinos, mas venceu.

Teve contra ele as celebridades – exceção feita a Clint Eastwood – e venceu.

Foi populista, com tiques de arrogância, mas venceu.

Donald Trump foi eleito há cerca de ano e meio. Tem uma presidência focada nos interesses da América e nos excluídos da globalização que o elegeram.

No livro *Fogo e Fúria*, do jornalista Michael Wolff, (cuja leitura recomendo vivamente) Trump é descrito como errático, egocêntrico, mulherengo e analfabeto. Há um episódio memorável, a ser verdade. A um mês e meio de ser eleito, ninguém na sua campanha, nem ele próprio, acreditava na vitória. Num certo dia, um dos seus conselheiros quis ensinar-lhe a Constituição Americana e, segundo o autor do livro, à leitura da quarta emenda Trump começou a revirar os olhos.

Mas venceu, apesar de não saber nada sobre a Convenção Constitucional de Filadélfia, realizada entre 25 de maio e 17 de setembro de 1787.

Nos últimos meses, Trump conseguiu um dos maiores crescimentos económicos dos últimos anos da América e a mais baixa taxa de desemprego. Fez uma reforma fiscal revolucionária e iniciou uma guerra comercial com o exterior, principalmente com a China, em razão da sua política protecionista. As consequências são ainda imprevisíveis.

Paralelamente, não consegue estabilizar a sua equipa na Casa Branca. E mostra não estar preocupado com isso. Mais importante são as conversas telefónicas frequentes, a altas horas da noite, com o magnata da comunicação social Rupert Murdoch.

Já afastou os seus principais conselheiros e, diz-se, só mantém confiança na filha Ivanka Trump e no genro mas, mesmo este, com alguma reserva.

Recusa-se a mudar o seu estilo, que privilegia ao invés da construção de uma figura de estadista.

Trump é... Trump, mas a América é a América. E sempre sobreviverá.

O SURPREENDENTE MACRON

A minha intuição política dizia-me que Macron era de todos o candidato mais forte, não para os partidos tradicionais mas para a opinião pública. Os franceses não votam em extremos.

Sinto-me em Paris como em casa. Amo a cidade. Conheço os seus recantos. Adoro passear pelas longas avenidas, visitar vezes infinitas os monumentos, perder-me horas no Louvre, estar sentada em frente à *Mona Lisa* e tentar descortinar o mundo daquele rosto idealizado por Leonardo da Vinci.

Paris tem um significado especial na minha carreira. Estava eu a trabalhar em Macau, em 1981, quando o Afonso Rato, que era o diretor da Rádio Macau, me perguntou se eu queria ir a Paris como enviada especial para cobrir as eleições presidenciais francesas que opunham François Mitterrand a Giscard d'Estaing. Eu era uma miúda, jovem jornalista, desejosa e disponível para dizer que sim a todas as propostas que pudessem surgir. O convite tinha uma outra explicação. O Afonso tinha uma excelente relação com o cônsul da França em Hong Kong. Já tínhamos tido vários encontros e eu própria já tinha também conhecido uma jovem jornalista francesa de passagem por Hong Kong. O consulado pagava a viagem e a estadia. Era irrecusável. E foi assim que parti para Paris como enviada especial. Foi o meu primeiro trabalho nessa condição. E foi também a primeira vez que visitei Paris.

Fiquei instalada muito perto do Louvre e do Jardin des Tuileries. Sentia-me uma privilegiada pela oportunidade de estar naquela cidade maravilhosa e ter testemunhado uma eleição tão importante como a de 1981. Foi uma luta renhida entre François Mitterrand e Giscard d'Estaing, com este a afirmar que Mitterrand não tinha o monopólio do coração, uma frase estudada que entrou para os anais da moderna comunicação política.

Mitterrand acabou por vencer as eleições, inaugurando um longo período de liderança presidencial em França e tornando-se um dos mais fortes e carismáticos estadistas europeus. Fez parte de uma geração de ouro que afirmou a posição da Europa no Mundo e assistiu às grandes mudanças do pós-Guerra Fria, com a queda do Muro de Berlim em 1989 e mais tarde a implosão da União Soviética em 1991.

Mil novecentos e oitenta e um marcou o início de uma longa viagem pela política francesa. Desde então, e já de regresso à RTP, terminada a aventura asiática, foram raras as eleições presidenciais que não testemunhei profissionalmente. Assisti à ascensão da Frente Nacional quando um dos seus bastiões era Marselha, onde estive em reportagem, e sob a liderança de Jean-Marie Le Pen. Cheguei mesmo a entrevistá-lo em Paris. Fiz a cobertura de um dos comícios e no final quando a sala ficou vazia disse ao meu repórter de imagem que estava com o pressentimento de que Le Pen iria voltar ao palco. Assim aconteceu e aproveitei para lhe fazer uma breve entrevista sobre a comunidade portuguesa emigrada em França.

No exterior, funciono muito por intuição e algumas vezes funciona, outras não.

Fiz a cobertura do Europeu de França, entrevistei Tony Carreira na sua casa junto à Torre Eiffel e estive nos locais onde me sinto feliz: o Hotel Plaza Athénée, na Avenue Montaigne, o restaurante L'Avenue, e por fim (jantar obrigatório) o Hotel Costes.

Em 2017 desloquei-me para Paris três semanas. Cheguei uma semana antes da primeira volta das eleições presidenciais de 23 de abril. Fiquei instalada junto ao Arco do Triunfo, local que escolhemos para a maioria dos nossos diretos.

Em Lisboa, tinha sido tomada a decisão de apenas termos uma equipa no terreno. Veríamos o que se passaria na segunda volta e só nessa altura é que avançaria uma segunda equipa que seria do correspondente em Bruxelas, o Pedro Moreira. Na prática, eu iria estar sozinha durante duas semanas e meia. A minha equipa era constituída pelo repórter de imagem Luís Branco e pelo jovem produtor Nuno Nunes. Durante 18 dias fomos uma família. Estávamos em hotéis diferentes mas encontrávamo-nos pontualmente às oito da manhã no meu hotel.

Já conhecia o Luís de outros trabalhos em conjunto. Tínhamos estado, em 2014, duas semanas na China e tudo corria muito bem. Já quase não precisávamos de dizer um ao outro o que pretendíamos. Estávamos sempre sintonizados. No caso do Nuno, esta era a primeira vez que tinha uma saída tão longa mas a sua humildade e vontade de aprender, vivendo situações novas, faziam dele um produtor disponível e sagaz. Desse ponto de vista, este trabalho em equipa foi irrepreensível. Com o Nuno, institui várias rotinas: todos os dias tinha de me trazer os jornais, *Le Monde*, *Le Figaro* e *Le Parisien*. Aos fins de semana, o *Journal du Dimanche*. Nas minhas horas livres, acompanhava tudo o que se passava e as análises que eram feitas pelo canal de notícias BFMTV, que estava sempre sintonizado no *hall* do meu hotel. Tomava o pequeno-almoço em frente ao monitor e ia tomando as minhas notas.

O Nuno tinha ainda todos os contactos das sedes partidárias e dos assessores de imprensa.

Estando sozinha no terreno e havendo 11 candidatos na primeira volta, tive logo de tomar uma decisão: a

qual dos candidatos iria dar mais atenção em termos de cobertura informativa? Os mais fortes eram cinco: François Fillon, da direita republicana; Benoît Hamon, o candidato do PSF; Jean-Luc Mélenchon, da extrema-esquerda; o independente Emmanuel Macron; e Marine Le Pen, da Frente Nacional.

A minha intuição política dizia-me que Macron era de todos o candidato mais forte, não aos olhos dos partidos mas da opinião pública. O quadro político representava uma grande incógnita. As duas famílias políticas que estruturavam a Quinta República estavam a viver uma crise profunda. A direita republicana tinha escolhido François Fillon, que logo se viu envolvido num escândalo por favorecimento da família em lugares públicos. No Partido Socialista, a presidência de François Hollande tinha sido um desastre e o candidato do PSF também não era uma carta forte. Benoît Hamon teve um péssimo resultado na primeira volta, o que correspondeu ao desgaste da governação socialista. Restavam o candidato da extrema-esquerda, que chegou a receber o apoio presencial de Marisa Matias num dos comícios em Paris, e Emmanuel Macron.

Decidi logo nas primeiras horas, e depois de falar com os colegas franceses que ia encontrando nos pontos de direto, que iria colocar «todas as fichas» em Emmanuel Macron. Apresentava-se como independente, tinha formado um movimento a que chamou En Marche!, passara durante poucos meses pelo Governo de François Hollande, como ministro da Economia, mas assumia-se como tributário das ideias de De Gaulle. Era credível, tinha um passado ligado à banca, o que o tornava um liberal, mas com um forte sentido europeísta, o que o colocava do lado oposto a Marine Le Pen. A sua candidatura não era de esquerda nem de direita. Era um independente que estava a conquistar importantes franjas do eleitorado socialista e da direita moderada. Para além do seu programa, tinha uma história de vida peculiar mas mediaticamente interessante: era casado com uma antiga professora 24 anos mais velha. Brigitte Macron dava-lhe credibilidade. Dava comigo a pensar como reagiria Portugal a um político, candidato à Presidência da República, casado com uma mulher com esta diferença de idades. Sempre que na rua, ou nos contactos com os jornalistas franceses, perguntava sobre a sexagenária Brigitte, encontrava olhares de espanto e invariavelmente todos me diziam: isso para nós não é assunto. Grande França!

No dia da primeira volta, 23 de abril, todos os analistas e sondagens colocavam Marine Le Pen entre os dois mais votados. Macron ou Mélenchon eram as grandes dúvidas. Os franceses com quem ia falando diziam-me que a França não vota em extremos. E assim foi: Macron e Le Pen passaram à segunda volta. Estive em direto para os jornais da TVI 24 e Jornal das 8 no local da festa macroniana, um grande pavilhão nos arredores de Paris onde tivemos de chegar cerca das 16 horas para garantir o melhor espaço tendo o palco como fundo. Macron venceu, foi o mais votado, mas Marine Le Pen ficou a 20 pontos de diferença, uma diferença de 60-40 que deixava tudo em aberto para a segunda volta.

Nos dias que se seguiram, hesitei algumas vezes sobre o acompanhamento da campanha de Marine Le Pen. Os líderes de opinião consideraram que ela tinha arrancado melhor para a segunda volta. Sentia-se uma grande prudência, como se aqueles 20 pontos de diferença fossem anuláveis pelo clima de insegurança na Europa e em particular em França, pelos atentados que tinham fustigado o país nos dois últimos anos, pelo discurso anti-Europa, pelo problema da imigração, da xenofobia. Eram estes os pontos da campanha de Le Pen. Iria a França cortar com o projeto europeu e render-se ao isolacionismo? Tínhamos o caso de Trump nos Estados Unidos. Na realidade, tudo era possível, embora nos momentos de maior dúvida recordasse sempre a afirmação de um colega: a França não vota em extremos.

Os comícios de Marine Le Pen realizavam-se sempre a muitas centenas de quilómetros de Paris. Para além de ter formado a convicção de que Emmanuel Macron iria ser o próximo presidente da República, decidi que não iria deixar Paris. Era arriscado deixar a capital. Na véspera da primeira volta tinha existido um ataque nos Campos Elísios e nada afastava a hipótese de que algo de perigoso pudesse acontecer. Se existisse um atentado, seria em Paris. Era isto que me dizia a minha intuição.

Sempre que me encontrava com os jornalistas franceses, perguntava-lhes se achavam que iria haver confusão. Partilhava toda esta informação com os meus colegas da TVI no local. Só é possível estarmos três semanas juntos com um repórter de imagem e um produtor se existir uma ligação e uma cumplicidade muito fortes. Vivíamos dia após dia com um grande entusiasmo. Em três semanas fizemos cerca de 50 reportagens e outros tantos diretos.

A última semana seria decisiva. Alguns ainda acreditavam que Marine Le Pen poderia dar a volta e anular os pontos que a separavam de Macron. Estive no jornal *Le Monde* em reportagem e não era essa a análise que era feita pelos experientes jornalistas da secção de Política. Havia outros dados que podiam ser relevantes: as manifestações do 1 de Maio e o debate que se realizaria na quarta-feira que antecederia a segunda volta.

No Dia do Trabalhador, Macron teve um comício a 200 quilómetros de Paris. Havia a possibilidade de haver confrontos durante as manifestações do 1 de Maio. Mais uma vez decidi não deixar a capital. Pelo sim, pelo não, na véspera comprámos numa farmácia perto do meu hotel máscaras antipoluição. Foi a primeira vez que vi o meu repórter de imagem apreensivo.

No dia 1 de maio, estávamos às 15 horas na Praça da República. Era o local da concentração dos manifestantes. O desfile far-se-ia até à Praça da Bastilha. Ainda era um percurso longo, que iríamos percorrer em parte. Estavam muitos jornalistas reunidos na Praça da República. Era um sinal. Foi então que começaram a aparecer às dezenas os jovens vestidos de negro e calças de couro. O seu ar dizia tudo: dirigiam-se para a Bastilha. Fiquei de sobreaviso. Já tinha visto o mesmo nos confrontos em Atenas, três anos antes. Disse ao Luís e ao Nuno que tirassem das mochilas as máscaras antipoluição. Começaram a juntar-se dezenas de polícias por todo o lado. De repente, podíamos ouvir lançamentos de petardos e a ver formarem-se grandes colunas de fumo. Era a resposta da polícia com granadas de gás lacrimogéneo. Eu tinha vontade de avançar. Os mais temerários queriam seguir em direção à Bastilha, mas a maioria recuava, porque o ar estava irrespirável. O Luís Branco recuava com eles e eu pedia para não o fazer, ao que me respondia: «A Judite só quer confusão.» Era parcialmente verdade. Estávamos sozinhos no terreno, a nossa concorrência estava ausente do local. Sentia a adrenalina da reportagem em direto. Estivemos cerca de uma hora em emissão na TVI 24 até tudo ter acalmado. No final, contou-se uma dezena de detenções, algumas montras partidas. A polícia tinha respondido à altura, e este acabou por ser o único incidente que marcou a segunda volta da eleição presidencial.

Os últimos dias de campanha correram bem a Emmanuel Macron. Visitou o Memorial do Holocausto em Paris, onde em cerca de uma hora garantiu 6 milhões de votos, tantos são os judeus que vivem em França.

Na quarta-feira que antecedeu o dia da eleição teve o debate com Marine Le Pen e, no final, foi declarado o vencedor.

Em eleições, os últimos dias são determinantes. Não podem existir erros. É na televisão que se joga a luta eleitoral, por maioria de razão. Quarta-feira foi o dia de folga para a equipa. No entanto, às 20 horas, e dada a diferença horária, já estava a fazer a síntese da primeira hora do debate que foi transmitido em simultâneo pelo canal público e um privado com moderadores de ambas as estações. Naquela quarta-feira, Macron, que estava com 60 por cento nas intenções de voto, ultrapassou essa fasquia. Por quanto, era a incógnita. A festa da vitória foi marcada para a Esplanada do Louvre, um dos mais belos espaços de Paris, onde podiam concentrar-se milhares de pessoas.

Chegámos bem cedo à Esplanada do Louvre, deviam ser umas 15 horas. As medidas de segurança eram rigorosíssimas. Não havia um único espaço que não tivesse sido visto pela polícia, de tal modo que, à hora de almoço, nos jornais das 13, surgira o rumor de que a esplanada havia sido evacuada porque tinha sido encontrado um engenho suspeito. Nada disso: tratara-se apenas do procedimento esperado das forças policiais, tantos seriam os milhares de pessoas que estariam ali horas mais tarde.

A partir das 16 horas, os institutos de sondagens avançaram com a informação de que Macron tinha ganho com 66 por cento dos votos. Foi essa a informação que comuniquei na TVI 24. Antes disso voltei a cruzar-me com Christiane Amanpour e conferi com ela a possibilidade de esta informação estar correta. Por diversas vezes tivemos de mudar de local. Ia-se formando uma multidão. Os animadores musicais faziam o seu trabalho, estava um ambiente de euforia como nunca vi em eleições. Às 22 horas Emmanuel Macron entrou na esplanada, percorreu a pé durante quatro minutos o espaço da Pirâmide do Louvre ao som do Hino da Europa, chegou ao púlpito e falou aos franceses. Tinha ganho com 66,1 por cento dos votos. A noite foi memorável.

«JUDITE, NÃO VÁ ÀS ALDEIAS...»

Percebi o que António Costa me estava a dizer. Existiam mortos nas aldeias, era essa a mensagem. Era um amigo que me estava a dar aquela informação, conhecedor da minha situação pessoal. Não era o chefe do Governo.

Era um fim de tarde relativamente calmo na redação. Nada fazia prever que uma das maiores tragédias dos últimos anos em Portugal estivesse para acontecer, em consequência de um incêndio.

A poucas horas do início do Jornal das 8, a notícia de que as chamas estavam a fustigar violentamente o concelho de Pedrógão Grande lançou o alarme sobre a possibilidade de existirem vítimas mortais.

A informação não estava confirmada e os jornais televisivos das 20 horas mantiveram a prudência, falando apenas da dimensão do fogo e fazendo diretos a partir do local.

No entanto, à medida que as horas se seguiam, o horror começava a ganhar expressão.

Às 23 horas e 47 minutos do dia 17 de junho, sábado, já estavam confirmados 19 mortos, um número que não parava de aumentar, confirmando-se o pior dos cenários.

Nessa mesma noite, o primeiro-ministro fez declarações na Proteção Civil. Marcelo Rebelo de Sousa avançou para o local já ao início da madrugada. O semblante do presidente era de extrema preocupação. À medida que os minutos passavam, continuava a subir, também, o número de mortos.

Às 4h20 já eram 25 as vítimas mortais. Às 8h26 passaram para 39, às 10 da manhã de domingo estavam em 57, e às 13 horas e 10 minutos do dia 18 eram 62 mortos.

O país assistia a uma dor imensa que chegava através de relatos de habitantes e autoridades locais.

Nas palavras e nos rostos viam-se expressões de incredulidade. Como era possível que tal catástrofe estivesse a acontecer? Não havia respostas. Ninguém as esperava. Existia apenas uma realidade que em poucas horas tinha deixado um rasto de morte em Pedrógão Grande.

Durante a noite, na TVI, o diretor de Informação tinha decidido que, perante a gravidade do acontecimento, era necessário reforçar as equipas no terreno. Uma outra decisão tinha sido tomada: deviam avançar para o local, o mais rapidamente possível, os jornalistas Pedro Pinto e Judite Sousa. A nossa missão seria a cobertura desta tragédia, mas fundamentalmente a condução dos jornais da uma e das oito, a partir do centro operacional de Pedrógão.

Esta é uma prática corrente quando estamos confrontados com grandes acontecimentos: a presença dos apresentadores de informação com mais notoriedade no local sublinha a importância que a estação está a atribuir ao acontecimento, e é percecionada pelo público como um reforço de credibilidade. É assim que se faz em todo o Mundo. É uma prática jornalística seguida pelas estações de televisão que nos servem de referência em termos de prática jornalística, e assim aconteceu.

Na manhã de domingo, dia 18, eu e o Pedro saímos bem cedo de Queluz de Baixo. Metemo-nos à estrada e, pouco mais de uma hora depois, estávamos em Pedrógão.

Estava uma temperatura elevadíssima, talvez uns 40 graus. Tive tempo de fazer uma mala à pressa, não sabendo quantos dias iria estar ausente, mas procurando transportar a roupa mais fresca e mais simples que tinha à mão.

Nos jornais da hora do almoço, António Costa era o rosto da tragédia. Tinha estado a obter informação no quartel-general das operações com a ministra da Administração Interna, o secretário de Estado Jorge Gomes, o presidente da câmara, juntas de freguesia, Proteção Civil, bombeiros e todas as outras entidades envolvidas.

Percebia-se que ninguém estava a conseguir perceber ao certo o que se estava a passar. Os responsáveis falavam uns com os outros mas não era evidente uma linha de ação coerente. Olhavam uns para os outros, sempre com uma expressão triste, mas que revelava incapacidade de ação, até mesmo de compreensão perante tal tragédia. O número de mortos estava oficialmente em 62, mas aos jornalistas chegava a informação de que poderiam ser mais. Até se falava em 100 ou em 150. Era tudo uma grande incerteza. Ninguém sabia com rigor o que dizer ou o que fazer.

À hora do almoço, nos jornais das 13 horas, António Costa fez uma declaração ao país. Falou durante uns cinco minutos, expôs a situação com base nas informações que tinha recolhido dos contactos feitos no centro operacional.

Foi uma intervenção politicamente clara. António Costa terminou dizendo que eram precisos «nervos de aço». Uma expressão que podia ter múltiplos sentidos mas que foi interpretada como sugerindo que o número de vítimas mortais poderia ser superior ao conhecido. Na altura, o número avançado era 62. Já

tenham sido contabilizadas as pessoas - 47 - que tinham morrido quando fugiram de suas casas e tentaram escapar ao incêndio, seguindo pela chamada «estrada da morte» que liga Castanheira de Pera a Figueiró dos Vinhos. Uma estrada que dias depois suscitou muitas interrogações e perplexidades. A maior pergunta era: Como é que aquela estrada não tinha sido cortada ao trânsito? Ninguém tinha uma resposta, mas o que se sabia era devastador: 47 mortos na estrada 236-1. Já antes tinha sido fechado ao trânsito o IC8. Não se entendia como é que a 236 tinha continuado transitável naquela fatídica madrugada de 17 para 18 de junho. Ainda hoje, decorrido todo este tempo, não foi dada uma informação conclusiva sobre o porquê de aquele troço ter estado transitável, com dezenas de pessoas a ficarem cercadas pelos fogos que em minutos destruíram tantas vidas.

Serenamente, António Costa respondeu às muitas perguntas dos jornalistas com a informação que tinha, mas que era escassa. Todos o sabíamos. Algo tinha falhado, mas não se sabia o quê. Não era possível atribuir responsabilidades diretas. Todos os envolvidos estavam a tentar fazer o melhor que podiam, mas a tragédia já tinha acontecido e ninguém poderia ter antecipado a dimensão destruidora daquele fogo.

Ouvi o primeiro-ministro, tal como toda a comunicação social presente. Aos portugueses, tinham-se juntado jornalistas espanhóis e também alemães. Dizia-se que havia uma comunidade alemã residente nas aldeias da zona ardida. Talvez fosse essa a explicação.

Minutos depois, sentei-me nas escadas de um carro de bombeiros que estava estacionado no comando operacional. Inesperadamente, António Costa - que eu conheço do tempo da liderança de Vítor Constâncio, era ele uma jovem promessa do Partido Socialista - dirigiu-se-me. Era o António Costa que ali estava a falar comigo, não era o chefe do Governo.

Disse-me: «Judite, não vá às aldeias...»

Percebi o que ele me estava a dizer. Existiam mortos nas aldeias, era essa a mensagem. Era um amigo que me estava a dar aquela informação, conhecedor da minha situação pessoal e antecipando que eu estaria vulnerável num cenário daqueles. Agradei-lhe, esboçando um ligeiro sorriso. Porém, aquelas palavras não me saíam da cabeça. Já várias reportagens tinham sido feitas nas aldeias e a maioria dos corpos tinham sido retirados. Não consegui, no entanto, deixar de sentir um impulso interior para me meter a caminho. Estava com a tensão muito baixa. Discretamente, fui assistida no INEM, onde permaneci cerca de 30 minutos, bebendo muita água com açúcar para levantar a tensão, que estava nos 5-8. Quando me senti melhor, comecei a contactar os voluntários que circulavam pelo centro operacional, pedindo-lhes que me levassem até às aldeias. Queria muito fazer aquela reportagem e, dado o avançado da hora, só a poderia fazer no registo *live on tape*, ou seja, efetuando «vivos» em diversos locais, mostrando o que se passava à minha volta, falando com pessoas, para depois na edição proceder à colagem desses diferentes «vivos». É um género muito utilizado nos Estados Unidos, nomeadamente em situações de catástrofe, e que implica uma personalização do repórter nos diferentes locais.

Falei com os meus colegas António Prata, que coordenava a nossa emissão, e Pedro Pinto. Disse-lhes o que estava a pensar fazer e o António ficou de me arranjar um repórter de imagem.

Foi difícil encontrar alguém conhecedor da região para me conduzir às aldeias. Sabia-se que algumas estradas interiores estavam barradas pela GNR e que só os locais estavam autorizados a passar. A maior parte das pessoas que contactei dizia que não estava disponível. Depois de alguma insistência, consegui que dois funcionários de uma junta de freguesia me levassem até lá. Já passava das 16 horas e o trabalho teria que ser feito rapidamente. Tinha no máximo uma hora para ir e vir, de forma a garantir a emissão da peça no Jornal das 8 desse dia, domingo, 18 de junho.

Visitámos três aldeias, pequenos povoados onde existiam três ou quatro casas, com poucas dezenas de habitantes. Estava tudo reduzido a cinzas. Encontrei algumas pessoas junto aos locais onde 24 horas antes existiam as suas casas e os seus haveres. Estavam junto ao que tinham perdido. Fixando os destroços com o olhar vazio e triste. Algumas pessoas disseram-me que ainda não tinha aparecido nenhum bombeiro ou elemento da Proteção Civil. Davam conta de um grande infortúnio e desamparo. Falavam abertamente sobre a situação de abandono que estavam a vivenciar. Todos se mostraram disponíveis para falar para a reportagem. Obtive testemunhos de dor muito impressionantes, à semelhança de tantos outros que as diferentes equipas de reportagem tinham gravado. A situação mais perturbante aconteceu na aldeia de Pobrais, onde num semidescampado estava um corpo coberto com um lençol branco. O perímetro estava delimitado com uma corda, formando um quadrado. Ao lado encontrava-se a nora daquela vítima mortal dos incêndios de Pedrógão Grande que ainda não tinha entrado nas estatísticas.

Gravei a imagem que fazia prova de que ainda existia, pelo menos, um corpo por recolher nas aldeias. Em televisão, a imagem tem o poder de autenticar o acontecimento. É essa a força da imagem televisiva, quando acompanhada pela palavra dita. Foi o que fiz. Sinalizei com a minha presença em plano a existência daquele corpo, contextualizando a informação com a entrevista à nora da vítima. Foi ela quem afirmou para a câmara que a sogra estava ali, naquele local, quase há 24 horas e que ainda ninguém tinha aparecido para recuperar o corpo.

Se aquele corpo não estivesse coberto com um lençol, nem existisse um familiar por perto, não o teria mostrado, embora todos os dias, nos mais diversos acontecimentos, as imagens de vítimas mortais sejam elementos determinantes para uma informação verdadeira. Os mortos nada têm de sensacionalismo quando resultam de conflitos armados, tragédias e catástrofes humanitárias. As opiniões públicas têm consciência da existência e da dimensão de acontecimentos à escala mundial e nacional quando a verdade é comunicada com rigor. O compromisso dos jornalistas é com a verdade.

Sem imagens das vítimas mortais nunca teríamos tido consciência do que representaram os campos de concentração. Como é que percebemos o que foi Auschwitz? Através da imagem e da palavra. Como é que soubemos o que foi o genocídio do Ruanda, em 1994, com um milhão de mortos e os campos da morte na fronteira com o antigo Zaire? Através das centenas de reportagens elaboradas pela imprensa e televisões de todo o Mundo. A guerra na antiga Jugoslávia? A mesma resposta. Mais recentemente, a imagem de uma criança num areal do Mediterrâneo ficou como símbolo da crise dos refugiados, em fuga para a Europa, e da incapacidade das instituições europeias para fazer face a tal tragédia. São situações chocantes? São. Mas existiram e existem. Todos os dias. A missão de quem informa não é ignorar. É mostrar. Para que se saiba. Para que ninguém diga que não soube porque não viu.

NÃO POSSO ADIAR O AMOR

Não posso adiar o amor para outro século

não posso

ainda que o grito sufoque na garganta

ainda que o ódio estale e crepite e arda

sob montanhas cinzentas

e montanhas cinzentas (...)

Não posso adiar

ainda que a noite pese séculos sobre as costas

e a aurora indecisa demore

não posso adiar para outro século a minha vida

nem o meu amor

nem o meu grito de libertação

Não posso adiar o coração

António Ramos Rosa, *Viagem através duma Nebulosa*,

Ática, 1960

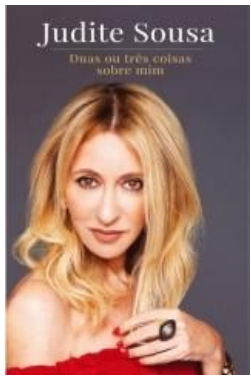


Table of Contents

[CAPA](#)

[Ficha Técnica](#)

[INTRODUÇÃO](#)

[O NOSSO RONALDO](#)

[LA FINCA](#)

[TENS DE SER GRANDE](#)

[A PROFISSÃO ENTROU EM MIM](#)

[A AVÓ SUSANA](#)

[AO ENCONTRO DO ORIENTE](#)

[MARCAS DE UMA VIDA](#)

[CALORIAS DE TERNURA](#)

[MANUEL](#)

[O COMANDANTE POMBO](#)

[O GENOCÍDIO](#)

[A CHEGADA DA AMI](#)

[A FRONTEIRA DA MORTE](#)

[DESTINO: KIGALI](#)

[HOTEL RUANDA](#)

[GLÓRIA](#)

[A GUERRA DA BÓSNIA](#)

[O PASSAPORTE](#)

[VAMOS PARA MADRID!](#)

[A NOITE](#)

[UM OLHAR PODE DIZER TUDO](#)

[A RETÓRICA DOS AFETOS](#)

[O FRACASSO POTENCIA A SOLIDÃO](#)

[A BUSCA DA IDENTIDADE](#)

[«MORREMOS PORQUE NASCEMOS»](#)

[OS CASAMENTOS REAIS](#)

[TRUMP É... TRUMP](#)

[O SURPREENDENTE MACRON](#)

[«JUDITE, NÃO VÁ ÀS ALDEIAS...»](#)

[NÃO POSSO ADIAR O AMOR](#)

